...na Mesa
05/11/2024
14h35m
...O Presidente...
ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente
.....

Proposta de Lei
N.º12/VI/(2ª)

Orçamento Geral do Estado para 2025
Parecer Setorial da Comissão B
29 de outubro de 2024

Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

ÍNDICE

1.		**CONSIDERANDOS**	3
2.		**ENQUADRAMENTO LEGAL**	4
3.		**ANÁLISE DA INICIATIVA LEGISLATIVA**	6
	3.1	Programa do IX Governo Constitucional nas áreas da Comissão B	6
	3.2	Plano Anual de Investimento Estratégico	9
	3.3	Apreciação do planeamento orçamental da PPL	12
4.		**ANÁLISE SECTORIAL**	15
	4.1	Serviço Nacional de Inteligência	17
	4.2	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	19
	4.3	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	24
	4.4	Ministério da Defesa	35
	4.5	FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	41
	4.6	Instituto de Defesa Nacional (IDN)	43
	4.7	Ministério do Interior e Serviço de Migração	45
	4.8	Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)	56
	4.9	SEPC e Autoridade da Proteção Civil (APC)	59
5.		**CONSULTAS E CONTRIBUTOS**	62
6.		**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**	70
7.		**PARECER DA COMISSÃO B**	74
8.		**APROVAÇÃO DE PARECER SETORIAL**	74

1. CONSIDERANDOS

1.1 Nota prévia

A presente iniciativa legislativa, designada como Proposta de Lei n.º12/VI/(2ª) – *"Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025"*, doravante qualificada como "PPL", foi objeto de aprovação pelo Conselho de Ministros em 30 de setembro de 2024 e, subsequentemente, submetida à consideração do Parlamento Nacional.

Em conformidade processual, por despacho da Exma.Presidente do Parlamento Nacional, de 7 de outubro de 2024, a PPL foi remetida à presente Comissão Especializada Permanente, a Comissão B, para a elaboração de Parecer Setorial. Na apreciação da referida iniciativa legislativa realizada em outubro de 2024, a composição da Comissão B foi a seguinte:

PRESIDENTE DA COMISSÃO	Domingos Augusto "Deker"	CNRT
VICE-PRESIDENTE	Luís Roberto da Silva	KHUNTO
SECRETÁRIA	Sancha Margarida Tilman	PD
DEPUTADOS	Maria Rosa da Câmara "Bi-Soi"	CNRT
	Bendita Moniz Magno	CNRT
	Marcos Soares Martins	CNRT
	Natalino dos Santos Nascimento	CNRT
	Lídia Norberta dos Santos Martins	FRETILIN
	David "Mandati" Dias Ximenes	FRETILIN
	Florentino Ximenes da Costa "Sinarai"	FRETILIN
	Abel dos Santos	PLP

A supra referida composição da Comissão B assegura, em razão da matéria em apreciação e nos termos da Deliberação do Parlamento Nacional n.º3/2023, datada de 5 de junho[1], as competências necessárias para a elaboração do Parecer Setorial nas seguintes áreas: Cooperação Internacional, Defesa Nacional, Segurança Pública, Proteção Civil, Fronteiras terrestres e marítimas, Organizações Internacionais, Integração Regional e Assuntos da ASEAN, Tratados e Acordos Internacionais, bem como Comunidades Timorenses residentes no estrangeiro.

1.2 Relator

Na elaboração do presente Parecer Setorial observou-se o estatuído nos artigos 32.º e 34.º do Regimento do Parlamento Nacional (doravante "RPN"), isto é, Sua Excelência, o Presidente da Comissão B, designou a Sra.Deputada Sancha Margarida Tillman, na qualidade de Relatora do Parecer Setorial, sob referência.

[1] Alterada pela Deliberação do Parlamento Nacional n.º5/2023, de 11 de julho de 2023.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A iniciativa legislativa em apreço deu entrada no Parlamento Nacional a 1 de outubro de 2024, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 97.º e n.º1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (doravante "CRDTL"), em correlação legal, com o art. 52.º da Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro, "Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública"[2] (doravante "LEO").

A iniciativa legislativa toma a forma de proposta de lei (PPL), é assinada pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, e contém a menção da sua aprovação em Conselho de Ministros em 30 de setembro de 2024, obedecendo ao formulário das propostas de lei nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 11.º da Lei n.º1/2002, de 29 de junho, a Lei da Publicação dos Atos (LPA) e, por complemento, cumprindo o disposto nos artigos 90.º, n.º1 do 91.º e n.º2 do 96.º do RPN. A iniciativa está redigida em português, sob a forma de articulados, define concretamente as modificações a introduzir no quadro legislativo e tem um título que traduz o seu objeto principal, mostrando-se assim respeitadas as normas constantes do n.º1 do art. 92.º e n.º1 do art. 98.º do RPN. A PPL contém um preâmbulo e vem acompanhada de exposição de motivos, cumprindo o disposto na alínea d), do n.º1 e n.º2, do artigo 98.º do RPN bem como o n.º1 do artigo 11.º da LPA.

O Governo tem, em conformidade com as disposições constitucionais indicadas na PPL, competência exclusiva para propor a PPL em apreço e ao Parlamento Nacional competete a exclusividade para aprovar nos termos da alínea d), do n.º3, do artigo 95.º, e da alínea d), do n.º1, artigo 115.º, em correlação legal com o artigo 145.º da CRDTL. Por fim, a PPL prevê a entrada em vigor da lei no dia seguinte ao da sua publicação, em conformidade com o artigo 16.º da LPA.

Pelo supra exposto, a iniciativa legislativa foi admitida e remetida à Comissão de Finanças Públicas, a Comissão C, para Apreciação e às demais Comissões Especializadas Permanentes para submissão de Parecer Setorial. A iniciativa foi tramitada de harmonia com as regras estabelecidas nos artigos 162.º a 169.º do RPN.

2.1 Forma de articulados da PPL

A iniciativa legislativa em apreço contém um articulado com 9 artigos distribuídos por 4 capítulos e um anexo com 12 tabelas orçamentais, em concreto:

- **Capítulo I – Disposições iniciais**
  - Artigo 1.º - Objeto e âmbito
- **Capítulo II – Orçamento Geral do Estado**
  - Artigo 2.º - Aprovação das tabelas orçamentais

[2] Alterado pela Lei n.º17/2023, *"Primeira alteração à Lei n.º15/2022, de 21 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2023, e à Lei n.º2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, e segunda alteração à Lei n.º8/2008, de 30 de junho, Lei Tributária"* e pela *"Lei n.º21/2023, de 27 de Dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2024"*.

- Artigo 3.º - Impostos, taxas e contribuições
- Artigo 4.º - Transferências do Fundo Petrolífero
- Artigo 5.º - Dívida Pública
- Artigo 6.º - Garantias
- Artigo 7.º - Transferências entre subsetores

- **Capítulo III – Orçamento da Segurança Social**
  - Artigo 8.º - Transferência dos saldos da Segurança Social
- **Capítulo IV – Disposições finais**
  - Artigo 12.º - Entrada em vigor e produção de efeitos

- **ANEXO – Tabelas Orçamentais**
  - Tabela I - Receita do Setor Público Administrativo, por subsetores
  - Tabela II - Despesa do Setor Público Administrativo, por subsetores
  - Tabela III - Despesa do Setor Público Administrativo, por classificação funcional
  - Tabela IV - Receita do subsetor da Administração Central, por classificação económica
  - Tabela V - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas
  - Tabela VI - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação económica
  - Tabela VII - Receita do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração
  - Tabela VIII - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas
  - Tabela IX - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração
  - Tabela X - Receita do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica
  - Tabela XI - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação orgânica e estruturada por programas
  - Tabela XII - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica

Em conclusão, os Anexos e as tabelas orçamentais correspondentes estão adequadamente numerados e referidos na PPL, constituindo elementos integrantes desta, em conformidade com as normas aplicáveis ao conteúdo formal e estrutural da referida proposta.

3. ANÁLISE DA INICIATIVA LEGISLATIVA

3.1 Programa do IX Governo Constitucional nas áreas da Comissão B

Nos termos do artigo 108.º da CRDTL, após a nomeação do Governo, foi elaborado o Programa oficial que identificou os objetivos e as funções aos quais o Governo se propõe cumprir, bem como as medidas a adoptar e as orientações políticas fundamentais a serem seguidas nas diversas áreas de atuação governamental. No que se refere à política externa, defesa e segurança, em geral, o Governo determina, especificamente:

> *"Timor-Leste é uma pequena Nação, com uma localização geográfica altamente estratégica, cuja segurança depende do estabelecimento de relações de amizade e de cooperação sólidas com países dos vários pontos do globo, mas, sobretudo, com os países vizinhos, os países da região e os países com os quais partilha laços culturais, históricos e de solidariedade de longa data, destacando-se naturalmente os países de língua oficial portuguesa".*[3]

O Governo no âmbito da Segurança Nacional determinou o cumprimento de 19 objetivos, destacando a Comissão B os seguintes objetivos, a saber:

1. **Aumentar a desconcentração dos serviços**, aproximando-os dos cidadãos em todo o território nacional;
2. **Fortalecer a capacidade da "Unidade de Patrulhamento de Fronteiras"**, por meio da construção de postos de vigilância e da aquisição dos equipamentos necessários;
3. Prosseguir com a melhoria do **sistema de prevenção e resolução de conflitos comunitários;**
4. **Modernizar a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)**, incluindo a atualização de sistemas e processos, mediante a adoção de procedimentos modernos e eficientes, bem como a utilização de Tecnologias de Informação.

Para tal, serão implementadas 47 ações no âmbito da Segurança Interna, das quais a Comissão B já salientou no passado mas, entre outras, volta a reiterar a relevância das seguintes:

5. **rever a Lei das Artes Marciais e Armas Brancas**, fortalecer o estatuto da "Comissão Reguladora de Artes Marciais" (CRAM) e continuar a prática de policiamento comunitário, garantindo visibilidade, envolvimento e profissionalismo;
6. **reforçar a coordenação e cooperação entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC),** aprimorando a capacitação institucional e modernizar as infraestruturas, equipamentos e tecnologias de informação do setor, incluindo a informatização do sistema de coleta e tratamento de informações;

[3] Ponto 6.10 do Programa do IX Governo Constitucional, pág.156, submetido ao Parlamento Nacional em julho de 2023.

7. **estabelecer uma rede digital dedicada de comunicações** para o "Sistema de Gestão de Fronteiras", que possibilite a conexão entre a "Direção Geral", as "Delegações Regionais" e os "Postos Consulares";
8. **e promover a coordenação e cooperação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) com as "Forças de Defesa" e as "Forças de Segurança",** com vistas à prevenção e ao combate de ameaças internas e externas.

O Governo, no âmbito da defesa, visa prosseguir com a implementação de 14 objetivos dos quais a Comissão B destaca, entre outros, especificamente:

9. **Optimizar o treinamento das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) para o apoio a civis**, especialmente em situações de desastres naturais e outras emergências, no contexto do "Sistema Integrado de Segurança Nacional";
10. **Reforçar a "Componente Naval"** para assegurar a defesa, vigilância, controle e fiscalização das atividades marítimas e portuárias, no âmbito do "Sistema de Autoridade Marítima de Timor-Leste";
11. **Estimular a "Componente de Apoio Aéreo"** para que atue de forma integrada na defesa militar do país, além de assegurar a vigilância do espaço aéreo nacional e participar de missões humanitárias em apoio à população civil;
12. **Rever e implementar** o "Conceito Estratégico Militar" e a "Lei da Programação Militar";

Para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional, serão implementadas 28 ações pelo Governo das quais a Comissão B seleciona as seguintes acções de especial relevância, nomeadamente:

13. **Melhorar as infraestruturas** e construir novas instalações militares para todas as componentes, incluindo as principais bases terrestre, aérea e naval;
14. **Modernizar os sistemas e tecnologias de informação**, além de desenvolver o sistema de "Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Informações e Vigilância (C5IRS)";
15. **Realizar estudos de viabilidade para a criação de pequenas unidades industriais** para a produção de rações de combate, fardamento e munições de pequeno calibre (5.56mm e 9mm);
16. Promover, em colaboração com as "Forças e Serviços de Segurança" e a Proteção Civil, **exercícios conjuntos no âmbito do "Sistema Integrado de Segurança Nacional";**
17. **Implementar o "Sistema de Alerta Nacional"** e aprimorar a capacidade de resposta a desastres naturais e emergências;
18. Ampliar a **capacidade do setor de defesa nas áreas de unidades de engenharia e saúde**, visando a prestação de apoio às comunidades e a formação linguística;
19. **Transformar o "Instituto de Defesa Nacional"** em uma instituição de ensino superior de Defesa Nacional e promover a "Academia Conjunta para as Forças de Defesa e as Forças e Serviços de Segurança" para todas as instituições pertinentes.

Finalmente, no contexto dos pilares da Segurança Nacional, no âmbito da proteção civil, o Governo procura avançar com a implementação de 9 acções, das quais a Comissão B destaca as seguintes acções específicas, a saber:

20. **Desenvolver uma carreira profissional para os funcionários da Proteção Civil e dos Bombeiros**, mediante a criação de uma carreira própria;
21. **Estabelecer mecanismos de alerta antecipado** face a situações de desastres naturais, assim como assegurar meios adequados de resposta e atuação.

***

Em contraste com o "Sistema Integrado de Segurança Nacional", a Comissão B delineia os objetivos do Governo nas relações internacionais, na política externa, na demarcação de fronteiras permanentes e no apoio às comunidades timorenses no exterior, entre outros aspectos, especificamente:

22. **Concluir a demarcação das fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia**, visando a culminação da luta de Timor-Leste pela plena soberania sobre os seus territórios e mares;
23. Fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, segundo os princípios constitucionais de soberania e independência, em conformidade com o princípio de que ***"não há aliados nem inimigos, todos serão apenas amigos"*** – o lema do IX Governo Constitucional que guiará as Relações Internacionais e a Política Externa em meio à atual e desafiadora conjuntura global;
24. **Promover o multilateralismo como objetivo prioritário da política externa**, considerando a complexidade do cenário internacional. Nesse sentido, será prioridade o fortalecimento do envolvimento com a "Organização das Nações Unidas", concentrando-se nas questões de interesse para Timor-Leste e na promoção dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", bem como na participação construtiva na reforma do "Conselho de Segurança" e em temas centrais como mudanças climáticas, assuntos marítimos e sustentabilidade dos oceanos, "Economia Azul", questões de migração e refugiados, além de iniciativas humanitárias;
25. **Priorizar a adesão à ASEAN,** promovendo iniciativas com os países membros da ASEAN com o intuito de fomentar reformas nacionais que se alinhem às diretrizes dessa Associação, continuando os esforços para que Timor-Leste se torne um membro efetivo e de pleno direito dessa organização;
26. **Reforçar os laços de amizade e cooperação tanto no âmbito regional quanto global,** com foco prioritário nas relações com países com os quais Timor-Leste compartilha fronteiras terrestres e marítimas, tais como a Indonésia e a Austrália, bem como com nações que possuem uma matriz identitária comum com Timor-Leste – histórica, cultural e

linguística, nomeadamente os integrantes da "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)";

27. **Aprofundar as relações históricas entre a Igreja Católica e Timor-Leste**, visando o bem comum e a construção de uma sociedade que valorize a dignidade humana, a fraternidade, a justiça e a paz, através da cooperação com a Santa Sé e da implementação do acordo bilateral firmado, a Concordata;
28. **Reforçar os recursos alocados às embaixadas e consulados da RDTL para a prestação de serviços** relacionados a registros, notariado e emissão de passaportes a cidadãos residentes fora do território nacional;

Dessa forma, o Governo promoverá 12 iniciativas para o desenvolvimento institucional da política externa. Neste contexto, a Comissão B destaca as seguintes tarefas, a saber:

29. **Harmonizar todos os compromissos internacionais** que vinculam o Estado de Timor-Leste e promover sua divulgação intersetorial, visando aprimorar o profissionalismo e a atuação do Estado, além de garantir o cumprimento das obrigações assumidas;
30. **Aprovar o novo regime transitório para os funcionários permanentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)** em relação ao quadro de pessoal da carreira diplomática e fortalecer o "Centro de Estudos Diplomáticos" como serviço central do MNEC para capacitar os profissionais da carreira diplomática.

3.2 Plano Anual de Investimento Estratégico

Nos termos do artigo 47.º da LEO, o Governo apresenta ao Parlamento Nacional, juntamente com a proposta de lei do OGE, o "Plano Anual de Investimento Estratégico (Volume III)", em concreto, os principais objectivos de investimento estratégico com impacto no OGE.

Entre 2024 e 2025, o Governo sustenta que a posição estratégica de Timor-Leste no Sudeste Asiático ainda proporciona potencial para uma maior integração comercial e regional, abrindo possibilidades de crescimento económico além dos setores convencionais. Nesse contexto, a visão do Governo é que essa abordagem abrangente possibilita o desenvolvimento de resiliência diante das incertezas económicas globais, além de colocar Timor-Leste como um destino atrativo para investimentos na região do Sudeste Asiático.

Esforços estão sendo realizados para fortalecer a infraestrutura digital do país, reconhecendo sua importância como impulsionadora do crescimento económico e da inovação. Assim, o Governo está implementando um plano nacional de banda larga para aprimorar a conectividade à Internet em todo o território, o que favorecerá o desenvolvimento de serviços digitais e do comércio eletrónico. Espera-se que o projeto de cabo de fibra ótica que conecta Timor-Leste a redes internacionais aumente significativamente a velocidade e a confiabilidade da Internet, facilitando o avanço dos negócios digitais e melhorando o acesso aos mercados globais.

Para fortalecer ainda mais a resiliência económica e fomentar o crescimento sustentável, o Governo está implementando uma estratégia abrangente de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Essa estratégia tem como objetivo proteger os recursos naturais de Timor-Leste, diminuir a vulnerabilidade a riscos climáticos e aproveitar as oportunidades na economia verde. Ao priorizar a resiliência climática, Timor-Leste procura se estabelecer como um líder em desenvolvimento sustentável na região.

O Plano de Investimento Estratégico 2025 de Timor-Leste apresenta um conjunto de ações planeadas para diversificar a economia do país e diminuir a sua dependência das receitas provenientes do petróleo e do gás. Estas ações focarão em setores essenciais com grande potencial para crescimento sustentável, criação de empregos e aumento da competitividade. Entre as iniciativas propostas, destacam-se:

1. Energias renováveis;
2. Economia Digital;
3. Parcerias Público-Privadas (PPP);
4. Agricultura e pescas;
5. Turismo.

Contudo, sob este enquadramento geral, a presente Comissão identifica nas áreas de competência da Comissão B, os elementos informativos consignados pelo Governo, tanto em relação ao exercício de 2024 quanto ao de 2025, especificamente:

» Defesa Nacional

1. foi estabelecido em 2024 o delineamento de cinco eixos prioritários a serem implementados no médio prazo, com um total de US$ 2 milhões destinados ao capital de desenvolvimento, seguindo o ciclo de evolução das forças conforme a "Diretiva Ministerial de Planeamento da Defesa Militar 2023-2028", emitida em 20 de agosto de 2023, especificamente:
   1.1. nas **"infraestruturas militares"** com a (i) construção do QG Conjunto das F-FDTL; (ii) Construção da Base Militar; (iii) 1.º Batalhão de Infantaria Ligeira, com 4 Companhias; (iv) Construção da Base Militar; (v) 2.º Batalhão de Infantaria Ligeira, com 4 Companhias e (vi) Construção do Hospital Militar;
   1.2. no **"Comando, Controlo, Computadores, Comunicações, Cibernética, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C5IRS)"**, a (i) aquisição do "Sistema de Comunicação Táctica, Operacional-Terrestre" e a (ii) aquisição do "Sistema Integrado do Espaço Aéreo e Marítimo";
   1.3. no âmbito da **"Autoridade Marítima Nacional"**, com a aquisição de equipamentos no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima e da AMN, em concreto, através da aquisição de meios navais de classe oceânica e a instalação do Comando da AMN e da CN;

1.4. no domínio do **"Sistema Integrado de Segurança Nacional"**, com a aquisição de Equipamentos no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional (Componente Naval, Componente Terrestre, Componente Aérea), em específico:

1.4.1. Aquisição de meios navais de classe oceânica (Corveta) para CN, em paralelo, com a aquisição de lanchas e viaturas;

1.4.2. Levantamento do Batalhão de Infantaria Ligeira de Intervenção Mecanizada e Apoio Estratégico de Combate (BILIMAEC), com 2 Companhias de Intervenção Mecanizada e 2 Companhias de Apoio de Fogos;

1.4.3. Aquisição de meios para C5IRS;

1.4.4. e Aquisição de viaturas e armamento militar.

1.4.5. Aquisição de meios aéreos multiusos (classe Heli Braz);

1.5. Perante as **"missões de interesse público"** com a (i) aquisição de materiais e equipamentos para fazer face às missões de interesse público (meios de engenharia militar e meios de socorro e saúde), (ii) aquisição de materiais e equipamentos para satisfazer as necessidades das missões internacionais de apoio à Paz e de apoio humanitário no quadro da ONU;

2. Contudo, em conformidade com a PPL, o Governo pressupõe para os anos de 2027 e 2028, em concreto:

2.1. a modernização e construção de instalações militares, abrangendo bases terrestres, aéreas e navais, assim como a criação de bairros militares para o alojamento de famílias de militares e a implementação de um hospital especializado em saúde militar;

2.2. a promoção do superior desenvolvimento do Instituto de Defesa Nacional, visando a constituição de um estabelecimento de ensino superior dedicado à Defesa Nacional, bem como da Academia Conjunta das Forças de Defesa e Forças de Segurança, em que se contemplarão, entre outros aspectos, o recrutamento e formação especializados de docentes, a acreditação e garantia de qualidade, a investigação e a publicação, com o intuito de transformar o Instituto de Defesa Nacional em uma instituição de ensino superior de referência em Timor-Leste;

» Segurança Pública

Em 2023, na Segurança Pública foram estabelecidas metas para serem alcançadas apenas em 2026, focando na modernização da infraestrutura da Sede da Polícia Nacional (PNTL) através de alocação de recursos, integração tecnológica e policiamento comunitário, além de melhorar a capacidade institucional da PNTL com equipamentos modernos, informatização de sistemas e implementação de políticas que promovam melhorias contínuas e avaliação de desempenho.

Neste enquadramento, importa salientar que na presente PPL nada foi alterado relativamente a esta matéria, assim, mantendo o mesmo tipo de prioridades no sector da segurança pública.

» **Desenvolvimento Institucional da Política Externa**

No mesmo contexto, o sector dos negócios estrangeiros e cooperação internacional visa, apenas em 2027, fortalecer a política externa do Governo, especificamente, através do reforço do Centro de Estudos Diplomáticos, que irá aprimorar as capacidades de avaliação de necessidades e identificação de lacunas, com a participação das partes interessadas, com base no seu plano estratégico.

Neste âmbito, o plano inclui a criação de um novo regime transitório para funcionários de carreira diplomática, a valorização curricular e o desenvolvimento do corpo docente, a proteção dos avanços em infraestrutura e tecnologia, a promoção de exposições internacionais e assimilação de conhecimentos especializados (como programas de intercâmbio, estágios, simulações e sessões diplomáticas simuladas), além do acompanhamento, avaliação e sustentabilidade do desenvolvimento dos seus funcionários.

3.3 Apreciação do planeamento orçamental da PPL

Na atual PPL para 2025, o Governo sustenta que continua a executar a estratégia de implementação das prioridades delineadas no Programa do Governo, sob o princípio de ***"Investimento em infraestruturas estratégicas, fortalecimento da economia e aprimoramento do bem-estar da população".***

Por contraste, o tema apresentado para o Orçamento Geral do Estado de 2024 foi ***"Construir uma Ponte para o Amanhã: Investir no Sector Produtivo e no Capital Social"***, sendo este o alicerce inicial dos objetivos económicos do IX Governo Constitucional durante os seus cinco anos de mandato. Neste âmbito, o principal critério de compromisso foi direcionado no investimento do sector produtivo e no capital social, demonstrando um compromisso com a promoção do crescimento económico e a melhoria do bem-estar da população. Nessa medida, para 2024, a Comissão B identificou as seguintes pré-condições, entre outras, para salvaguardar o cumprimento das metas de crescimento determinadas pelo Governo, especificamente:

1. **Duplicar o crescimento agrícola**: O setor de Agricultura, Florestas e Pescas terá que criar mais oportunidades para as exportações e diminuir a dependência das importações de alimentos, por tal, as políticas e os investimentos governamentais deverão visar uma duplicação dessa taxa de crescimento para 10% nos próximos anos;
2. **Aprimorar a conectividade com a Internet:** O governo comprometeu-se a assegurar a instalação de um cabo de fibra óptica, que proporciona acesso à Internet de alta velocidade para os cidadãos até o final de 2024. Isto deverá levar a significativas melhorias na produtividade nos próximos anos e facilitar a expansão do setor privado, criando oportunidades para novas indústrias online;
3. **Integração à ASEAN**: A entrada no bloco comercial da ASEAN pode abrir novos mercados para os exportadores de Timor-Leste.

A presente "Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025" apresenta todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do "Setor Público Administrativo" para o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2025, sendo composto pelo "Orçamento da Administração Central", pelo "Orçamento da Segurança Social" e pelo "Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno".

CATEGORIAS	OGE RECTIF.	OGE 2024	OGE 2025	VAR. USD	VAR. %
DESPESA GLOBAL[4]	1.960.477.418	2.237.618.655	**2.617.170.234**	+379.551.579	+16.9%
Administração Central	1.633.000.000	1.830.000.000	**2.072.981.000**	+242.981.000	+13%
RAEOA	83.762.112	60.000.000	**62.181.000**	+2.181.000	+3.6%
Segurança Social	130.965.306	347.618.655	**482.008.234**	+134.389.579	+38.6%

No domínio dos objectivos principais para 2025, a PPL aloca recursos dotações orçamentais aos projetos de:

1. **reabilitação do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato**, situado em Díli;
2. conclusão do **cabo submarino de fibra ótica** que conectará Timor-Leste à Austrália, incluindo a reabilitação da rede interna de fibra ótica. Consequentemente, a partir de 2025, será possível assegurar a disponibilização de serviços de internet de alta velocidade em todo o território nacional. Contudo, ressalta-se que esta última iniciativa estava previamente estabelecida como um compromisso a ser cumprido até o final de 2024, conforme supra referido;
3. Por complemento, será realizado um investimento significativo na **expansão da rede elétrica nacional**, com ênfase nas áreas rurais e remotas. Adicionalmente, será incrementado o valor da subvenção à empresa pública de eletricidade, EDTL, E.P., com o intuito de assegurar a estabilidade e o aumento na continuidade do fornecimento de eletricidade em todo o território nacional;
4. No contexto do fortalecimento económico, a PPL destina aproximadamente US$ 40 milhões ao Programa de Gestão de Petróleo e Recursos Minerais, visando melhorar o acesso às áreas industriais e de extração de recursos minerais localizadas na costa sul. Neste âmbito, os recursos alocados também contribuirão para o **desenvolvimento da Base de Abastecimento de Suai**, projeto de suma importância delineado pelo Governo, pelo qual é concebido para otimizar a logística e aumentar a capacidade de armazenamento de produtos petrolíferos em Timor-Leste;

[4] Montante total relativo à Administração Central com Segurança Social (Fundo incluído) e RAEOA.

5. Por fim, será edificada uma infraestrutura qualificada como **Laboratório de Desenvolvimento de Geociências**, a qual exercerá uma função fundamental no progresso da pesquisa e na promoção da gestão sustentável dos recursos.

No âmbito fiscal e nas áreas de competência da Comissão B, nos termos do artigo 3.º da PPL, o Governo reitera um conjunto de isenções fiscais e taxas de imposto especiais para o ano de 2025[5], referentes ao imposto seletivo de consumo, que permanecem inalteradas em relação às taxas estabelecidas pela Lei n.º21/2023, de 27 de dezembro, prevista no Orçamento Geral do Estado para 2024, em concreto:

1. Para aquisição, pelo Estado ou por outras pessoas coletivas públicas, **de armas e munições** para:
    1.1. a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL);
    1.2. a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC);
    1.3. e as FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste;

2. Os pagamentos a realizar por conta de despesa relacionada com **assistência médica** no estrangeiro;

3. A introdução, em território nacional, **de bens que sejam doados**, ou utilizados na produção ou construção de bens que sejam doados à RDTL por Estados estrangeiros, ou por pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou por organizações internacionais;

4. Os **rendimentos de agentes de cooperação** de Estados estrangeiros, de pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou de organizações internacionais que desenvolvam a sua atividade ao abrigo de acordos celebrados com o Estado.

[5] Isenção do pagamento de impostos, taxas, direitos aduaneiros e demais imposições, bem como de retenção na fonte, entre outras.

4. ANÁLISE SECTORIAL

Assim, com especial atenção às áreas de competência da Comissão B, são identificadas as propostas de alocações orçamentais para 2025, conforme segue:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS							
ENTIDADE TÍTULO	**OGE 2023**	**OGE RECTIF.**	**OGE 2024**	**% EXEC[6]**	**OGE 2025**	**VAR. USD**	**VAR. %**
SNI	1.973.126	1.973.126	**2.779.182**	69%	**2.642.443**	-136.739	-4%
GFM	1.200.686	1.200.686	**1.800.000**	60.8%	**1.772.499**	-27.501	-1%
MNEC	28.370.273	29.050.273	**30.299.565**	81.3%	**32.109.497**	+1.809.932	+5%
Vice-Ministra ASEAN	-	-	**359.499**	67.6%	**247.546**	-111.953	-31%
MD	22.088.548	22.088.548	**11.292.358**	56.7%	**10.938.078**	-354.280	-3%
F-FDTL	33.022.685	33.992.685	**35.110.177**	66.8%	**35.697.792**	+587.615	+2%
IDN	1.675.721	1.675.721	**1.151.802**	82.8%	**1.341.140**	+189.338	+16%
MI	9.984.484	9.759.270	**16.248.256**	67.5%	**15.000.336**	-1.247.920	-8%
SEPC	405.962	-	**532.581**	83.2%	**577.055**	+44.474	+8%
PNTL	43.082.642	46.576.122	**47.906.715**	66%	**46.420.430**	-1.486.285	-3%
SM	3.745.157	-	**2.822.668**	63.7%	**2.458.150**	-364.518	-12%
APC	14.594.038	15.704.038	**7.946.312**	71.5%	**8.735.558**	+789.246	+9%
Fundo Infraestruturas	202.743.720	177.743.720	**301.354.787**	38.4%	312.203.618	+10.848.831	+3%
P366:Seg.Nacional	4.706.542	3.706.542	**2.856.920**	7.1%	**1.665.708**	-1.191.212	-41%
P388:Def.Nacional	618.700	618.700	**1.099.543**	64.8%	**1.796.791**	+697.248	+63%

[6] Elementos de informação disponíveis no "Portal da Transparência" a 10 de outubro de 2024.

Sob especial foco nas áreas de competência da Comissão B, as alocações orçamentais mencionadas anteriormente serão devidamente asseguradas pelo correspondente número de funcionários na Administração Pública conforme detalhado a seguir:

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
SNI	2024	0	3	7	22	10	0	1	43	0	59	-	3	105
	2025	0	3	7	22	17	1	4	54	4	84	-	-	142
MNEC	2024	1	5	20	89	50	61	37	263	2	16	-	15	296
	2025	2	5	23	83	54	62	40	269	20	35	-	-	324
GFM	2024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	-	10	16
	2025	0	0	0	0	0	0	0	0	12	8	-	-	20
MD	2024	1	4	31	28	19	7	1	91	1	17	-	8	117
	2025	1	4	28	30	16	9	11	99	12	15	-	-	127
FDTL	2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	3117	1	3390
	2025	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60	3419	-	3480
IDN	2024	-	-	-	1	-	-	-	1	-	44	-	7	52
	2025	-	-	-	1	-	-	-	1	7	46	-	-	54
MI	2024	10	24	88	63	34	17	3	239	2	52	-	32	326
	2025	13	1379	476	137	44	23	13	2085	47	685	-	-	2817
PNTL	2024	8	27	13	5	-	1	-	54	-	149	3995	7	4205
	2025	7	26	15	5	-	1	-	54	6	152	3992		4204
APC	2024	1081	465	730	166	32	10	-	2484	-	10	1	5	2515
	2025	2	26	414	139	27	8	1	617	4	189	1	-	811

4.1 SERVIÇO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (SNI)

4.1.1 SNI – PROGRAMAS E CATEGORIAS

O Serviço Nacional de Inteligência tem um orçamento de **US $2,642,443** de dólares para financiar 2 programas, 3 subprogramas e 3 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR.	%
Programa 366: Segurança Nacional	860,291	1,036,484	1,614,580	**1,706,264**	+91,684	+0.5%
Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional	546,209	491,337	1,069,602	**936,179**	-133,423	-12.4%
DESPESA TOTAL	1,406,500	1,527,821	2,684,182	**2,642,443**	-41,739	-1.5%

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
SNI	2024	0	3	7	22	10	0	1	43	0	59	-	3	105
	2025	0	3	7	22	17	1	4	54	4	84	-	-	**142**

2.32. 040: Serviço Nacional de Inteligência

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**1,094,967**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	1,012,767
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	82,200
502	**Bens e Serviços Correntes**	**1,224,976**
50209	Material de Escritório	17,500
50210	Combustível	125,389
50215	Outros Bens Correntes	31,612
50216	Limpeza e Segurança	300,464
50217	Manutenção	182,316
50218	Serviços Públicos	47,520
50219	Comunicações	122,160
50220	Transportes	90,338
50221	Catering	24,000
50224	Ajudas de custo	203,617
50225	Serviços Profissionais	50,060
50231	Rendas	30,000
504	**Capital Menor**	**322,500**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	322,500
	TOTAL	2,642,443

4.1.2 SNI – PLANO ANUAL

- Atividade 3660601: Realizar as atividades de Inteligência, sob um indicador de produção de 12 relatórios de inteligência
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística

4.1.3 SNI - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[7]

SNI	$2 779 182,00	$7 796,00	$42 838,59	$1 873 689,73	$854 857,68	**69,0%**
PROGRAMA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Segurança Nacional	$1 709 580,00	-	$17 000,00	$1 247 404,32	$445 175,68	**74,0%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$1 069 602,00	$7 796,00	$25 838,59	$626 285,41	$409 682,00	**61,0%**

CATEGORIA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$1 110 175,00	-	-	$563 112,42	$547 062,58	**50,7%**
Bens e Serviços Correntes	$1 311 507,00	$2 196,00	$24 538,59	$1 012 077,31	$272 695,10	**79,0%**
Capital Menor	$357 500,00	$5 600,00	$18 300,00	$298 500,00	$35 100,00	**88,6%**

[7] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 14 de outubro de 2024.

4.2 GABINETE DAS FRONTEIRAS TERRESTRES E MARÍTIMAS

4.2.1 GFM – ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas tem um Orçamento de **US$ 1,772,499 dólares** para financiar 3 programas, 8 subprogramas e 23 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	VAR %
030: Assegurar fronteiras terrestres e marítimas permanentes com a Indonésia	445,204	453,100	484,833	**563,223**	+78,390	+16.1%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	391,521	544,400	603,735	**609,799**	+6,064	+1%
A34: Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	-	-	539,139	**599,477**	+60,338	+11%
Programa 152: Estabelecer o Gabinete das Fronteiras Marítimas como um Centro de Excelência sobre Fronteiras Marítimas e jurisdição marítima de Timor-Leste – Economia Azul	144,000	203,186	172,293			
DESPESA TOTAL	980,725	1,200,686	1,800,000	**1,772,499**	-27,501	-1.5%

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSES.	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
GFM	2024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	-	10	16
	2025	0	0	0	0	0	0	0	0	12	8	-	-	**20**

Constata-se que o Governo visa aumentar as alocações orçamentais que permitem intensificar as reuniões de negociações bilaterais e/ou de alto nível, com especial atenção à recolha, preservação e organização de documentação pertinente às fronteiras com a Austrália e a Indonésia.

Por complemento, o Governo pretende que todos os materiais sejam devidamente preparados com o intuito de retomar as negociações bilaterais visando a finalização e/ou implementação do Tratado de Fronteira Terrestre. Nesse contexto, a iniciativa inclui o *upload* de aproximadamente 100

documentos por mês no "Sistema de Banco de Dados de Arquivos (SBDA)", bem como a disponibilização gradual dessa documentação ao público. Mais se regista que o Governo propõe elaborar o plano de acção e actividades do programa de sensibilização, que será conduzido assim que o Tratado estiver na sua fase final. Deste modo, compromete-se a promover uma coordenação eficaz, mediante a solicitação de esclarecimentos e dados, em conformidade com as exigências que venham a ser estabelecidas. O portal do Gabinete de Fronteiras será também uma prioridade pelo qual objectivam que seja constantemente atualizado, assegurando a disponibilização de informações pertinentes.

Simultaneamente, a "atividade A340103" consiste em desenvolver o quadro legal Nacional, focado na implementação da Economia Azul, num valor estimado de US$ 105,425 mil dólares americanos que envolve, especificamente, o desenvolvimento do planeamento espacial marítimo, a criação e o fortalecimento das áreas marítimas protegidas, assim como a recolha e análise da legislação existente, e a eventual elaboração de nova legislação se necessário. Por sua vez, a "atividade A340104" foca no desenvolvimento de projetos que apoiem a implementação da Economia Azul, em cooperação com os Ministérios pertinentes nos seus respectivos setores de desenvolvimento. Por tal, será criado um mecanismo de coordenação que envolva todas as agências estatais relevantes, com o objetivo de planear e aprovar iniciativas, além de monitorizar e avaliar os resultados de forma coordenada.

Concluindo, de especial importância, a "atividade A340203", a qual contempla o desenvolvimento de conteúdos, incluindo, mas não se limitando a, publicações, obras literárias e produtos audiovisuais, bem como a sua divulgação em diversos canais de comunicação e eventos, com o objetivo de promover a Economia Azul e o turismo sustentável, com um montante total de US$181.200 (cento e oitenta e um mil e duzentos dólares americanos).

2.92. 118: Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Codigo	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**570,544**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	516,598
50103	Contribuição para a Segurança Social como Entidade Empregadora	53,946
502	**Bens e Serviços Correntes**	**1,201,955**
50209	Material de Escritório	10,000
50210	Combustível	8,499
50216	Limpeza e Segurança	16,000
50217	Manutenção	10,850
50219	Comunicações	30,000
50220	Transportes	47,000
50221	Catering	20,000
50223	Alojamento	2,999
50224	Ajudas de custo	117,000
50225	Serviços Profissionais	704,076
50226	Representação	74,500
50227	Publicação, Cópia e Impressão	152,001
50231	Rendas	9,000
	TOTAL	**1,772,499**

4.2.2 GFM – PLANO ANUAL

- Atividade 0300104: Reuniões de negociação bilaterais e/ou de alto nível
- Atividade 0300105: Definição do programa de sensibilização das comunidades locais e sua implementação
- Atividade 0300201: Pesquisa de apoio às negociações, produção de documentos técnicos e jurídicos, e manutenção e sistematização do arquivo
- Atividade 0300202: Coordenação intersetorial com os organismos relevantes Atividade 0300203: Reuniões internas estratégicas de preparação às negociações
- Atividade 0300204: Reuniões de negociação bilaterais e/ou de alto nível
- Atividade 0300301: Produção e divulgação de materiais de imprensa e de outros materiais informativos para o público em geral, incluindo a modernização do Portal do GFTM e redes sociais
- Atividade new_act3301: Organizar e participar em eventos nacionais e internacionais com vista à promoção da agenda de delimitação de fronteiras e partilha dos resultados alcançados no processo de conciliação, incluindo a promoção de uma rede de contactos de apoio a Timor-Leste
- Atividade new_act3296: Recolha, conservação e sistematização de documentação relativa às fronteiras com a Austrália e Indonésia
- Atividade new_act3298: Produção de materiais informativos e promoção de sessões de socialização e esclarecimentos
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100207: Formação e capacitação de recursos humanos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade A340101: Desenvolver a Política e Estratégia Nacional para a Economia Azul (promovendo a consulta e coordenação com todas as entidades relevantes)
- Atividade A340102: Mapear os vários recursos marinhos e marítimos sob jurisdição timorense
- Atividade A340103: Desenvolver o Quadro Legal nacional com vista à implementação da Economia Azul
- Atividade A340104: Desenvolver projetos de apoio à implementação da Economia Azul em cooperação com os Ministérios relevantes nos respetivos setores de desenvolvimento
- Atividade A340105: Articular e coordenar a ação e a comunicação institucional com parceiros internacionais
- Atividade A340201: Apoiar a educação de crianças e jovens e a formação profissional de jovens e adultos na área da economia azul (Promover ações de formação para públicos-alvo específicos, incluindo o setor privado, para o desenvolvimento do mercado de trablaho azul)
- Atividade A340202: Comunicar e promover a Economia Azul de Timor-Leste a nível nacional e internacional (incluindo a participação em conferências, seminários e workshops, nacionais e internacionais)

- Atividade A340203: Desenvolver conteúdos (incluindo publicações, livros, e produtos audiovisuais, e divulgar os mesmos em vários canais de comunicação e eventos) para a promoção da Economia Azul e do turismo sustentável
- Atividade A340204: Desenvolver campanhas específicas de apoio à Economia Azul (em datas e eventos específicos, para a sensibilização cívica e ambiental, de acordocom a estratégia e/ou política para a Economia Azul)

4.2.3 GFM - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[8]

GFM	$1 800 000,00	$19 400,00	$17 863,99	$1 095 035,13	$667 700,88	**61,8%**
CATEGORIA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$570 544,00	-	-	$328 041,10	$242 502,90	**57,5%**
Bens e Serviços Correntes	$1 201 955,00	$19 400,00	$17 863,99	$766 684,03	$398 006,98	**65,3%**
Capital Menor	$27 501,00	-	-	$310,00	$27 191,00	**1,1%**

PROGRAMA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia	$615 926,00	-	$6 197,00	$424 732,41	$184 996,59	**70,0%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$603 735,00	$2 400,00	$7 496,99	$369 203,26	$224 634,75	**62,4%**
Promoção da Economia Azul de Timor Leste	$580 339,00	$17 000,00	$4 170,00	$301 099,46	$258 069,54	**52,6%**

[8] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 14 de outubro de 2024.

Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes Com a Indonésia						
Promoção do conhecimento nacional e internacional sobre o processo de obtenção de fronteiras terrestres e marítimas	$136 459,00	-	$3 697,00	$66 610,65	$66 151,35	**51,5%**
ACTIVIDADE	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Produção e divulgação de materiais de imprensa e de outros materiais informativos para o público em geral incluindo a modernização do Portal do GFTM e redes sociais	$56 789,00	-	-	$4 104,00	$52 685,00	**7,2%**
Organizar e participar em eventos nacionais e internacionais com vista à promoção da agenda de delimitação de fronteiras e partilha dos resultados alcançados no processo de conciliação incluindo a promoção de uma rede de contactos de apoio a Timor Leste	$79 670,00	-	$3 697,00	$62 506,65	$13 466,35	**83,1%**

Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes Com a Indonésia						
Estabelecimento de uma biblioteca digital e base de dados sobre fronteiras marítimas	$63 544,00	-	-	$34 295,81	$29 248,19	**54,0%**
ACTIVIDADE	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**REAL**	**SALDO**	**%**
Recolha, conservação e sistematização de documentação relativa às fronteiras com a Austrália e Indonésia	$60 544,00	-	-	$34 295,81	$26 248,19	**56,6%**
Produção de materiais informativos e promoção de sessões de socialização e esclarecimentos	$3 000,00	-	-	-	$3 000,00	**0%**

4.3 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO (MNEC)

4.3.1 MNEC – ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O MNEC com um quadro de 324 funcionários dispõe de um orçamento de **US$ 32.109.497** para financiar dois programas, 11 subprogramas e 18 atividades, incluindo:

- **US $247,546** alocados ao "Gabinete da Vice-Ministra para os Assuntos da ASEAN", qualificando-se como um **aumento** de US $8,000, considerando US $239,546 em 2024;
- **US $97,298** alocados à "Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACT-L)", representando uma **diminuição** de US $752, considerando US $98,050 alocados para 2024;
- **US $68,452** alocados ao "Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática", assim, sendo um **aumento** de US $12,252, perante a alocação de US $56,200 em 2024.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	%
400: Política Externa de Timor-Leste	19,212,155	22,814,546	24,274,955	**26,255,431**	+1,980,476	+8%
510: Funcionamento e desenvolvimento institucional	4,321,011	5,555,727	6,004,610	**5,854,066**	-150,544	-2.5%
DESPESA TOTAL	**23,533,166**	**28,370,273**	**30,279,565**	**32,109,497**	**+1,829,932**	**+6%**

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
MNEC	2024	1	5	20	89	50	61	37	263	2	16	-	15	296
	2025	2	5	23	83	54	62	40	269	20	35	-	-	**324**

2.11. 014: Ministério dos Negocios Estrangeiros e Cooperação

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**16,926,324**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	16,726,324
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	200,000
502	**Bens e Serviços Correntes**	**14,383,173**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	101,200
50204	Bens Público	334,782
50209	Material de Escritório	155,684
50210	Combustível	181,072
50212	Peças e Ferramentas	19,762
50215	Outros Bens Correntes	11,870
50216	Limpeza e Segurança	169,276
50217	Manutenção	994,931
50218	Serviços Públicos	88,617
50219	Comunicações	284,438
50220	Transportes	1,558,751
50221	Catering	117,068
50222	Assisténcia Técnica e Conservação	3,660,640
50224	Ajudas de custo	1,056,766
50225	Serviços Profissionais	200,697
50226	Representação	1,196,170
50227	Publicação, Cópia e Impressão	39,044
50228	Serviços Financeiros	12,813
50229	Serviços de Saúde	572,341
50230	Outros Serviços Correntes	1,092,732
50231	Rendas	2,534,519
504	**Capital Menor**	**300,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	300,000
505	**Capital de Desenvolvimento**	**500,000**
50501	Aquisição de bens de capital fixo	500,000
	TOTAL	**32,109,497**

2.11.39. 01441: Gabinete da Vice Ministra para os Assuntos da ASEAN

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**198,546**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	198,546
502	**Bens e Serviços Correntes**	**49,000**
50226	Representação	49,000
	TOTAL	**247,546**

2.11.2. 01402: Agência de Coperação de Timor Leste, ACTL

Código	Categoria Rúbrica	Valor
502	**Bens e Serviços Correntes**	97,298
50204	Bens Público	1,844
50209	Material de Escritório	1,540
50210	Combustível	1,230
50222	Assisténcia Técnica e Conservação	44,266
50226	Representação	1,878
50230	Outros Serviços Correntes	1,540
50231	Rendas	45,000
	TOTAL	**97,298**

2.11.3. 01403: Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática

Código	Categoria Rúbrica	Valor
502	**Bens e Serviços Correntes**	68,452
50220	Transportes	36,700
50224	Ajudas de custo	31,752
	TOTAL	68,452

Em contexto de **"Dotação Geral do Estado (DTG)"** e no âmbito da política externa do Estado, são destacadas as seguintes alocações orçamentárias, a saber:

ALOCAÇÕES EM DTG	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	%
Atividade 4000704: Adesão a ASEAN	500,000	5,000,000	3,287,180	**2,000,000**	-1,287,180	-39%
Atividade new_act5149: Intercâmbio cultural de influência da comunidade portuguesa	-	-	250,000	**200,000**	-50,000	-20%
Atividade 4001206: Apoio às reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	500,000	700,000	380,000	**300,000**	-80,000	+21%
Atividade 4001207: Quotas de membro de Instituições Internacionais	6,882,089	5,287,668	4,000,993	**4,000,000**	-993	-2%
Atividade 4001208: Contribuição Cooperação e parcerias G7+	-	1,000,000	2,000,000	**3,000,000**	1,000,000	+50%

Atividade new_el7532: Provisão para pagamento de dívidas a hospitais no estrangeiro		**10,000,000**	
Atividade new_el18650: Apoio de solidariedade internacional		**3,613,404**	
Atividade new_el7862: Asilos políticos Timorenses para a Independência		**700,000**	
Atividade new_el7878: Apoio financeiro à AERO Dili		**250,000**	

De forma geral, o Governo argumenta que a adesão de Timor-Leste à ASEAN é fundamental para fortalecer a integração regional, atrair investimentos e consolidar a diversidade cultural e social da ASEAN.

Em paralelo, observa-se um aumento significativo na alocação para o apoio ao g7+, com um incremento de 50% na contribuição à organização intergovernamental (Atividade 4001208: Contribuição, cooperação e parceria g7+, montante total de US$ 3 milhões). Neste âmbito, este aumento reflete uma prioridade estratégica do Governo em fortalecer as suas relações com países em desenvolvimento que enfrentam desafios semelhantes, promovendo a cooperação em áreas como desenvolvimento sustentável, paz e segurança.

Todavia, em decorrência da falta de audiências públicas com o g7+ em tempo oportuno, considerando os diferentes prazos previamente estabelecidos, não foi possível corroborar oficialmente os dados que sustentam as alocações orçamentárias previstas para o g7+ na PPL.

Posteriormente, está alocado um total de US$ 3,613,404 milhões para o apoio à solidariedade internacional (Atividade new_el18650) e US$ 700 mil para "Atividade new_el7862: Asilos políticos Timorenses para a Independência", assim, concretizando os termos constitucionais pelo qual determina que a solidariedade internacional reflete o compromisso do Estado em promover a justiça social, a paz e os direitos humanos globalmente.

Por último, no montante total de US$ 250 mil, uma contribuição orçamental para a aviação civil em prol da salvaguarda da conectividade global de Timor-Leste, em termos de comércio e turismo.

Posteriormente, regista-se a proposta de alocação orçamentária referente à representação de Timor-Leste em nível bilateral, regional e multilateral nos serviços externos periféricos, especificamente:

SERVIÇOS PERIFÉRICOS EXTERNOS	REPRESENTANTE	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	%
MP da ASEAN	Natércia da Silva				**105,899**	-	-
Embaixada – Brunei	Abel Guterres	123,655	135,164	133,331	**176,952**	+43,621	+32%
Embaixada – Cambodja	Ermenegildo Lopes	141,278	147,503	200,032	**169,777**	-30,255	-15%
Embaixada – Filipinas	Marciano da Silva	139,287	120,050	129,416	**147,439**	+18,023	+13%
Embaixada – Laos	Filomeno da Cruz	105,171	171,275	143,348	**156,384**	+13,036	+9%
Embaixada – Malásia	Lisualdo Gaspar	181,125	199,500	150,450	**203,330**	+52,880	+35%
Embaixada – Myanmar	-	100,411	133,200	126,246	**132,011**	+5,765	+4%
Embaixada – Singapura	Alex Tilman	296,640	359,000	430,270	**392,826**	-37,444	-8%
Embaixada – Tailândia	Francisco Cepeda	121,525	164,500	200,500	**170,336**	-30,164	-15%
Embaixada – Vietname	João Pereira	138,765	147,306	211,956	**167,039**	-44,917	-21%
Embaixada – Austrália	Inês Maria de Almeida	204,110	226,000	415,884	**423,147**	+7,263	+1%
Consulado-Geral em Sidney	Milena Abrantes	118,745	126,506	138,554	**158,517**	+19,963	+14%
Consulado-Geral em Darwin	José Amorim Dias	127,700	138,000	172,794	**193,475**	+20,681	+11%
Embaixada - Nova Zelândia	Idelta Rodrigues	165,470	184,400	188,906	**190,056**	+1.150	+0.6%
Embaixada – Indonésia	Roberto Soares	146,490	179,750	480,430	**358,907**	-121,523	-25%
Consulado-Geral de Dempasar	Aleixo da Silva	114,235	249,500	158,450	**167,398**	+8,948	+5%
Consulado – Kupang	Cesaltina da Silva	58,088	80,000	80,999	**85,904**	+4,905	+0.6%
Agente Consular de Atambua	Bonifácio Martins Belo	69,745	74,500	125,800	**87,434**	-38,366	-30%
MP em Nova Iorque	Dionisio Babo Soares	739,600	872,895	899,932	**508,049**	-391,883	-43%
Embaixada – EUA	José Luis Guterres	359,230	461,900	361,402	**393,105**	+31,703	+9%
Embaixada - Brasil	Ângela Carrascalão	100,590	123,000	189,705	**684,912**	+495,207	+261%
Embaixada – Cuba	Nívio Leite Magalhães	127,800	155,088	161,788	**161,199**	-589	-0.3%
MP em Genebra	Lurdes de Sousa Bessa	180,920	246,579	270,098	**273,516**	+3,418	+0.1%
MP para CPLP e UNESCO	Laura Soares Abrantes	175,105	256,100	233,275	**279,422**	+46,147	+19%
Embaixada – Bélgica	Jorge de Camões	362,730	445,896	656,235	**599,425**	-56,810	-8%
Embaixada - Portugal	Isabel Guterres	257,490	270,000	395,244	**408,431**	+13,187	+3%
Embaixada – Reino Unido	João da Costa Rangel	385,000	415,620	500,678	**429,217**	-71,461	-14%
Cons.Geral Irlanda do Norte	Abreu Ximenes				**154,868**	-	-
Embaixada - Vaticano	Chloé Dindo	168,470	176,800	263,714	**252,564**	-11,150	-4%
Embaixada - Angola	-				**124,500**	-	-
Embaixada – Moçambique	Luis Sequeira	126,830	169,499	248,252	**312,939**	+64,687	+26%
Embaixada – China	Maubere Horta	199,045	239,709	296,997	**252,796**	-44,201	-14%
Embaixada – Coreia do Sul	António Benevides	214,780	228,850	224,415	**248,459**	+24,044	+10%
Embaixada – EAU	Rui Manuel Hanjam				**287,395**	-	-

Embaixada - Índia	-				**157,047**	-	-
Embaixada – Japão	Ilídio da Costa	245,985	272,000	287,214	**358,268**	+71,054	+24%
DESPESA TOTAL		**5,996,015**	**7,253,344**	**8,532,515**	**9,372,943**	**+840,428**	**+9%**

4.3.2 MNEC – PLANO ANUAL

- Atividade 4000101: Representação de Timor Leste a nível Bilateral Regional e Multilateral
  - Expandir áreas de cooperação com países anfitriões e organizações nacionais e internacionais para ganhar apoio à adesão de Timor-Leste como membro das Organizações Internacionais e Regionais;
  - Ser membro de pleno direito da ASEAN;
  - Fortalecer relações entre Povos no âmbito de intercâmbios culturais, sócio-económicos e atrair o interesse de investidores sobre as potencialidades de investimento em Timor-Leste.
- Atividade 4000301: Assegurar os sistemas administrativos e operacionais
  - Estrutura da ACTL na sede estabelecida;
  - Consolidação e execução de cooperação de acordo com a politica definida pelo Estado.
- Atividade 4000403: Visitas de Estado, Visitas Oficiais e Visitas de Trabalho
- Atividade 4000709: Implementar o Roteiro para a adesão a ASEAN
- Atividade 4001103: Gestão e enquadramento do regime de carreira diplomática e técnico-administrativo
- Atividade 4001104: Coordenação e Assistencia aos Serviços Perifericos Externos
- Atividade 4001201: Participar ativamente nas atividades das Nações Unidas, regionais e internacionais
- Atividade 4001205: Representar Timor-Leste e os Paises menos desenvolvidos nos forums multilaterais e nas discucões sobre perdas e estragos relacionados à mudanças climáticas
- Atividade 4001401: Realizar visitas de Estado, Oficiais e de Trabalho e assegurar a coordenação de assuntos de natureza político-diplomática e a execução da política externa da RDTL no plano das relações bilaterais da ÁSIA e OCEÂNIA
- Atividade new_act1922: Viabilizar e estabelecer mecanismos de encontros regulares e técnicos e assegurar respetiva implementação, inclusive a instalação e manuteção de marcos de fronteira e quadros de aviso
- Atividade 4001501: Realizar visitas de Estado, oficias e de trabalho e assegurar coordenação de assuntos de natureza político-diplomática e a execução da política externa da RDTL no plano das relações bilaterais das AMERICA , EUROPA e AFRICA
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
  - Plano anual e plano de Orçamento implementadas em consonância com o PEDN;
  - Regulação e Controle de Qualidade, e apoio juridico;
  - Manter a paridade de género na politica geral do MNEC;
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas

- Atividade 5100206: Gestão de recursos Humanos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 5100212: Gestão de sistemas de informação e de comunicação
- Atividade 5100213: Administração Geral
    - Servicos administrativos e financeiro de qualidade na Sede e serviços periféricos externos;
    - Funcionários de carreira diplomática e administrativos do MNEC com elevado grau de profissionalismo e responsabilidade;
    - Recrutamento de 55 novos funcionarios e Formação continua e especializada de funcionários;
- Atividade 5102001: Regulação e Controlo de Qualidade

4.3.3 MNEC - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[9]

MNEC	$30 299 565,00	$816 849,49	$2 043 825,34	$24 365 928,10	$3 072 962,07	**87,2%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$16 137 451,50	$115 054,77	$1 289 066,18	$13 334 409,88	$1 398 920,67	**90,6%**
Bens e Serviços Correntes	$13 343 090,50	$520 294,72	$754 759,16	$10 448 518,22	$1 619 518,40	**84,0%**
Capital Menor	$819 023,00	$181 500,00	-	$583 000,00	$54 523,00	**71,2%**

ENTIDADE	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Gabinete do MNEC	$700 868,12	-	-	$619 492,57	$81 375,55	**88,4%**
ACTL	$98 393,00	-	$26 696,50	$71 696,50	-	**100,0%**
Gabinete de Enviado Especial para Alteração Climática	$56 200,00	-	$2 870,00	$23 894,05	$29 435,95	**47,6%**
Gabinete de Inspeção e Auditoria	$91 218,00	-	-	$33 528,02	$57 689,98	**36,8%**
Secretário-Geral	$18 536 908,57	$241 785,53	$1 751 027,90	$14 167 733,45	$2 376 361,69	**85,9%**
Direção Geral para os Assunto Multilaterais e Regionais	$276 651,00	$633,40	-	$233 246,30	$42 771,30	**84,3%**
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Protocolo	$348 720,00	$10 033,80	$81 109,40	$225 625,54	$31 951,26	**88,0%**
Gabinete da Vice Ministra para os Assuntos da ASEAN	$359 499,50	-	-	$249 527,65	$109 971,85	**69,4%**
Direção Geral para Assuntos Bilaterais da Ásia e Oceânia	$538 732,00	$30 635,00	$7 383,00	$218 951,70	$281 762,30	**42,0%**
Direção Geral para os Assuntos Bilaterais das Américas, Europa e África	$246 650,00	$4 934,95	$22 845,04	$180 961,69	$37 908,32	**82,6%**
Direção Geral para os Assuntos da ASEAN	$166 200,00	-	$10 570,00	$132 812,13	$22 817,87	**86,3%**
Missão Permanente em Nova Iorque	$899 932,00	-	-	$899 932,00	-	**100,0%**

[9] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 18 de outubro de 2024.

Embaixada Lisboa	$395 244,00	-	-	$395 244,00	-	**100,0%**
Embaixada Jacarta	$480 430,00	-	$48 307,50	$432 122,50	-	**100,0%**
Consulado Geral de Dempasar	$158 450,00	-	-	$158 450,00	-	**100,0%**
Consulado Kupang	$80 999,00	-	-	$80 999,00	-	**100,0%**
Embaixada Washington	$361 402,00	-	-	$361 402,00	-	**100,0%**
Embaixada Canberra	$415 884,00	$194 942,00	-	$220 942,00	-	**53,1%**
Consulado Geral em Sidney	$138 554,00	-	-	$138 554,00	-	**100,0%**
Consulado Darwin	$172 794,00	-	-	$172 794,00	-	**100,0%**
Embaixada Kuala Lumpur	$150 450,00	-	-	$150 450,00	-	**100,0%**
Embaixada Bruxelas	$656 235,00	-	-	$656 235,00	-	**100,0%**
Embaixada Banguecoque	$200 500,00	-	-	$200 500,00	-	**100,0%**
Embaixada Tóquio	$287 214,00	-	-	$287 214,00	-	**100,0%**
Embaixada Pequim	$296 997,00	-	$72 748,50	$224 248,50	-	**100,0%**
Embaixada Maputo	$248 252,00	-	-	$248 252,00	-	**100,0%**
Embaixada Havana	$161 788,00	-	-	$161 788,00	-	**100,0%**
Embaixada Manila	$129 416,00	-	-	$129 416,00	-	**100,0%**
Missão Permanente em Genebra	$270 098,00	-	-	$270 098,00	-	**100,0%**
Embaixada Vaticano	$263 714,00	-	-	$263 714,00	-	**100,0%**
Embaixada Brasilia	$189 705,00	-	$20 267,50	$169 437,50	-	**100,0%**
Embaixada Seoul	$224 415,00	-	-	$224 415,00	-	**100,0%**
Missão Permanente para CPLP e Unesco	$233 275,00	-	-	$233 275,00	-	**100,0%**
Embaixada Singapura	$430 270,00	-	-	$430 270,00	-	**100,0%**
Embaixada Vietname	$211 956,00	-	-	$211 956,00	-	**100,0%**
Agência Consular Atambua	$125 800,00	-	-	$125 800,00	-	**100,0%**
Embaixada Londres	$500 678,00	-	-	$500 678,00	-	**100,0%**
Embaixada Nova Zelandia	$188 906,00	-	-	$188 906,00	-	**100,0%**
Embaixada Laos	$143 348,00	-	-	$143 348,00	-	**100,0%**
Embaixada Myanmar	$126 246,00	-	-	$126 246,00	-	**100,0%**
Embaixada Cambodia	$200 032,00	-	-	$199 116,00	$916,00	**99,5%**
Embaixada Brunei	$133 331,00	-	-	$133 331,00	-	**100,0%**
Embaixada da RDTL em Abu Dhabi	$69 325,00	-	-	$69 325,00	-	**100,0%**
Embaixada da RDTL em Angola	$78 000,00	$78 000,00	-	-	-	-
Embaixada da RDTL em India	$184 600,00	$184 600,00	-	-	-	-
Consulado Geral da RDTL na Irlanda do Norte	$71 284,81	$71 284,81	-	-	-	-

Política Externa de Timor-Leste	$24 455 932,00	$700 745,73	$1 648 819,50	$20 841 012,50	$1 265 354,27	**92,0%**
SUB-PROGRAMA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Defender e promover os interesses de Timor Leste no estrangeiro	$8 879 524,81	$528 826,81	$141 323,50	$8 208 458,50	$916,00	**94,0%**
Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ACTL	$98 393,00	-	$26 696,50	$71 696,50	-	**100,0%**
Coordenação de Assuntos Bilaterais e Multilaterais	$348 720,00	$10 033,80	$81 109,40	$225 625,54	$31 951,26	**88,0%**
Cooperação regional e ASEAN	$166 200,00	-	$10 570,00	$132 812,13	$22 817,87	**86,3%**
Facilitação e coordenação institucional na execução da política externa	$13 844 861,19	$125 681,77	$1 356 022,06	$11 545 366,09	$817 791,27	**93,2%**
Reforçar e fortalecer a gestão e representação dos assuntos de caráter multilateral e regional	$332 851,00	$633,40	$2 870,00	$257 140,35	$72 207,25	**78,1%**
Gestão da coordenação dos assuntos bilaterais da ÁSIA e da OCEANIA	$538 732,00	$30 635,00	$7 383,00	$218 951,70	$281 762,30	**42,0%**
Gestão da coordenação dos Assuntos Bilaterais da AMÉRICA EUROPA e ÁFRICA	$246 650,00	$4 934,95	$22 845,04	$180 961,69	$37 908,32	**82,6%**

Funcionamento e desenvolvimento institucional	$5 843 633,00	$116 103,76	$395 005,84	$3 524 915,60	$1 807 607,80	**67,1%**
SUB-PROGRAMA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Funcionamento institucional	$1 060 367,62	-	-	$869 020,22	$191 347,40	**82,0%**
Desenvolvimento institucional	$4 692 047,38	$116 103,76	$395 005,84	$2 622 367,36	$1 558 570,42	**64,3%**
Regulação e Controlo de Qualidade	$91 218,00	-	-	$33 528,02	$57 689,98	**36,8%**

Facilitação e coordenação institucional na execução da política externa	$13 844 861,19	$125 681,77	$1 356 022,06	$11 545 366,09	$817 791,27	**93,2%**
ACTIVIDADE	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Gestão e enquadramento do regime das carreiras diplomáticas e técnico-administrativas	$13 273 359,56	$125 681,77	$1 334 944,18	$11 374 843,09	$437 890,52	**95,8%**
Coordenação e Assistência aos Serviços Periféricos Externos	$571 501,63	-	$21 077,88	$170 523,00	$379 900,75	**33,5%**

As embaixadas, consulados e agentes consulares desempenham um papel crucial nas relações internacionais e na proteção dos interesses de Timor-Leste no exterior e funcionam na qualidade de serviços periféricos externos do MNEC (SPE), em concreto, sendo cruciais pontos de

representação diplomática, facilitando negociações, promovendo laços comerciais e culturais, e oferecendo assistência consular a cidadãos timorenses que estão no exterior, como em questões de emergência, documentação e aconselhamento por parte das instituições do Estado.

Neste enquadramento, a coordenação e a assistência do MNEC aos SPE é fundamental para garantir a eficácia das operações diplomáticas e a implementação da política externa de Timor-Leste. Este quadro de factores não só fortalece a presença e a imagem do país no cenário internacional, mas também assegura que as necessidades e preocupações dos cidadãos no exterior sejam atendidas de maneira adequada e eficiente.

Contudo, observa-se uma taxa alarmante de execução de apenas 33,5%, em 2024, em relação à coordenação e assistência aos SPE, assim, indicando sérios problemas que podem comprometer a eficácia da diplomacia e a atuação de Timor-Leste no exterior. Neste âmbito, uma coordenação ausente pode resultar em desarticulação nas políticas externas, falta de apoio adequado para as Embaixadas em situações críticas e uma comunicação ineficaz que prejudica a imagem e os interesses nacionais.

4.3.4 MNEC - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Os desembolsos projetados pelos Parceiros de Desenvolvimento (PD) de Timor-Leste para o ano de 2025 atualmente totalizam a quantia de US$ 144,8 milhões. Neste âmbito, relativamente ao apoio orçamentário direto para o exercício orçamental de 2025, somente a Austrália fará uso deste método de prestações de apoio, através de três programas governamentais distintos, a saber:

Tabela 39: Apoio orçamental direto dos doadores para 2025, US$m

Doador	Programa do Governo	Montante $USm
Austrália	Novo Programa de Saúde	5,9
	Programa de Mobilidade Laboral	2,1
	PNDS	1,0
Total		***9,0***

Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, 20 de setembro de 2024.

Sob este enquadramento, na PPL prevê-se uma concertação institucional com a tendência de apoio por parte dos doadores, a qual se alinha ao pilar do capital social, englobando áreas como educação, formação e saúde.

Desta forma, observa-se um acréscimo no pilar de infraestruturas, o qual reflete o investimento no **"Projeto de Melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato".** Contudo, em geral, as projeções indicam uma acentuada diminuição na assistência proveniente dos nossos parceiros de desenvolvimento, em concreto:

FONTE DOS FUNDOS[10]	2022	2023	2024	2025	VAR.
Alemanha	4,180,421	-	-	-	-
Austrália	54,597,781	44,342,169	53,069,769	**55,658,880**	+2,589,111
Coreia do Sul	6,533,132	11,273,901	10,504,770	**8,724,177**	-1,780,593
EUA	8,148,501	3,249,653	11,206,913	**5,029,465**	-6,177,448
Japão	13,129,504	3,227,121	35,456,058	**35,869,633**	+413,575
JICA (Japão)	-	10,978,912	-	-	-
Nova Zelândia	8,230,356	10,537,875	9,162,296	**2,483,306**	-6,678,990
Portugal	18,024,594	15,386,015	2,561,685	**1,504,436**	-1,057,249
Suécia				**8,200**	-
União Europeia (UE)	10,132,393	6,731,016	-	**5,576,443**	-
Nações Unidas (ONU)	24,887,402	9,649	22,370,629	-	-
OMS (ONU)	-	5,726,502	-	**2,524,500**	-
UNFPA (ONU)	-	2,470,000	-	**4,180,000**	-
UNDP (ONU	-	55,523	-	-	-
UNICEF (ONU)	-	9,189,666	-	**2,738,833**	-
UNESCO (ONU)				**61,600**	-
UN Women (ONU)	-	945,402	-	-	-
WFP (ONU) Programa Mundial de Alimentos	-	4,534,128	-	**3,909,602**	-
ADB	2,300,000	1,250,000	4,957,300	**1,047,000**	-3,910,300
Banco Mundial	5,794,865	8,753,238	10,257,768	**7,168,974**	-3,088,794
Fundo Verde para o Clima	5,381,166	5,618,000	7,133,431	**2,146,485**	-4,986,946
Fundo Global	5,062,255	7,982,786	5,198,202	-	-
GEF (Fundo Fiduciário para o Meio-Ambiente)	1,112,723	351,937	117,882	**341,100**	+223,218
Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária	-	-	-	**5,805,180**	-

[10] Os valores não incluem o apoio orçamental direto a fornecer pela Austrália.

4.4 MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

4.4.1 MD - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Ministério da Defesa tem um Orçamento de **US $10,938,078 dólares** para financiar 3 programas, 5 subprogramas e 21 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	8,796,389	19,545,755	6,483,855	**7,781,041**	+1,297,186	+20%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,063,461	2,424,474	4,616,431	**3,147,037**	-1,469,394	-31%
980: Inclusão Social	74,881	118,319	92,072	**10,000**	-82,072	-89%
DESPESA TOTAL	**10,934,731**	**22,088,548**	**11,192,358**	**10,938,078**	**-254,280**	**-2%**

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
MD	2024	1	4	31	28	19	7	1	91	1	17	-	8	117
	2025	1	4	28	30	16	9	11	99	12	15	-	-	**127**

4.4.2 MD – PLANO ANUAL

- Atividade 3880607: Cooperação Defesa e Militar
- Atividade 3880608: Desenvolver Sistema de Comando e Controle
- Atividade 3880609: Desenvolver e Capacitar Sistema Autoridade Maritima
- Atividade 3880610: Construção Novas infraestruturas Defesa e Militar
- Atividade 3880611: Aquisição de Equipamentos e Materiais para os Militares
- Atividade 3880612: Reparação e Manutenção de infraestruturas, equipamentos e Armamentos militares:
    - Nas infraestruturas: o Ministério da Defesa; Quartel-General F-FDTL; e a Residência oficial do Ministro da Defesa.
- Atividade 3880614: Assistência Saúde a Militares
    - Benefícios em conformidade com os estudos da edificação de um Hospital Militar
- Atividade 3880615: Cooperação Civil-Militar na área da assistência humanitária e de apoio à população

- Atividade 3880616: Elaborar projeto das Jornadas da Juventude no âmbito de segurança e desenvolvimento nacional
- Atividade new_el6503: Desenvolver cáracter de cidadania e formação cívica
- Atividade 3880701: Formação e capacitação recursos humanos MD e F-FDTL
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100204: Gestão Património
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas
- Atividade 5100206: Gestão de recursos humanos
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 9802806: Promoção de capacidade de liderança das Mulheres nas F-FDTL

Observa-se a remoção da "Atividade 3880613": Reparação e manutenção de equipamentos militares, em específico, 2 Barcos (Jaco e Betano) e 8 Botes. Assim, indicando uma mudança nas prioridades orçamentárias do Governo, refletindo uma reavaliação das necessidades no setor de Defesa Nacional.

2.20. 028: Ministério da Defesa

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	3,086,253
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	2,841,969
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	244,284
502	**Bens e Serviços Correntes**	7,051,825
50204	Bens Público	425,001
50205	Alimentação	190,100
50209	Material de Escritorio	100,000
50210	Combustível	331,197
50213	Prémios, Condecorações e Ofertas	1,000,000
50215	Outros Bens Correntes	135,000
50216	Limpeza e Segurança	10,000
50217	Manutenção	470,008
50218	Serviços Públicos	1,500,000
50219	Communicações	100,008
50220	Transportes	375,764
50223	Alojamento	85,000
50224	Ajudas de custo	374,262
50225	Serviços Profissionais	1,148,592
50227	Publicação, Cópia e Impressão	30,000
50230	Outros Serviços Correntes	551,933
50231	Rendas	224,960
505	**Capital de Desenvolvimento**	800,000
50501	Aquisição de bens de capital fixo	800,000
	TOTAL	10,938,078

4.4.3 MD - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[11]

MD	$11 292 358,00	$1 429 840,66	$1 461 739,84	$5 208 148,05	$3 192 629,45	**59,1%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$2 189 603,00	$1,04	$27 959,43	$1 764 034,33	$397 608,20	**81,8%**
Bens e Serviços Correntes	$5 869 325,00	$49 839,62	$807 556,32	$3 116 741,96	$1 895 187,10	**66,9%**
Transferências Públicas	$300 000,00	-	-	-	$300 000,00	**0%**
Capital Menor	$933 430,00	-	$622 000,00	$311 430,00	-	**100,0%**
Capital de Desenvolvimento	$2 000 000,00	$1 380 000,00	$4 224,09	$15 941,76	$599 834,15	**1%**

PROGRAMA	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Defesa Nacional	$6 380 317,50	$1 391 867,16	$1 136 215,98	$2 320 438,64	$1 531 795,72	**54,2%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$4 819 968,50	$37 973,50	$325 523,86	$2 885 009,41	$1 571 461,73	**66,6%**
Inclusão Social	$92 072,00	-	-	$2 700,00	$89 372,00	**2,9%**

Defesa Nacional						
Defesa Militar	$6 073 052,94	$1 391 867,16	$1 136 215,98	$2 028 174,08	$1 516 795,72	**52,1%**
ACTIVIDADE	**ORÇAM.**	**COMPROM.**	**OBRIG.**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Cooperação Defesa e Militar	$1 154 055,00	$1,04	$27 959,43	$1 002 270,31	$123 824,22	**89,3%**
Desenvolver o Sistema de Comando e Controlo	$838 226,00	-	$428 825,00	$347 109,00	$62 292,00	**92,6%**
Desenvolver e Capacitar o Sistema Autoridade Maritima	$234 821,00	$8 311,12	-	$137 848,88	$88 661,00	**58,7%**
Construção de Novas infraestruturas de Defesa Militar	$2 000 000,00	$1 380 000,00	$4 224,09	$15 941,76	$599 834,15	**1,0%**
Aquisição de equipamentos e materiais para os militares	$765 000,00	-	$450 000,00	$300 000,00	$15 000,00	**98,0%**
Reparação e manutenção de infraestruturas, equipamentos e armamentos militares	$550 000,00	-	$225 207,46	$68 375,11	$256 417,43	**53,4%**
Reparação e manutenção de Equipamentos (Barco Militares)	$42 000,00	-	-	$1 360,15	$40 639,85	**3,2%**
Cooperação Civil-Militar na área da assistência humanitária e de apoio à população	$351 922,94	$3 555,00	-	$102 585,46	$245 782,48	**29,1%**
Elaborar o projeto das Jornadas da Juventude no âmbito de segurança e desenvolvimento nacional	$137 028,00	-	-	$52 683,41	$84 344,59	**38,4%**

[11] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 18 de outubro de 2024.

O desenvolvimento e a capacitação do Sistema de Autoridade Marítima (SAM) de Timor-Leste é essencial para garantir a soberania sobre as águas territoriais, fortalecer a fiscalização da pesca, proteger a biodiversidade e combater atividades ilegais.

Todavia, a taxa de execução de 58,7% dos US$ 234 mil destinados ao "SAM" revela desafios significativos na implementação e alocação de recursos, que podem comprometer a segurança e o desenvolvimento económico de Timor-Leste. Este desafio aponta para a necessidade de uma nova abordagem mais integrada que venha melhorar a supervisão dos objectivos, assegurando eficiência e alcance das metas determinadas relativamente ao fortalecimento da Autoridade Marítima Nacional.

A execução de apenas 53% na "reparação e manutenção de infraestruturas, equipamentos e armamentos militares", juntamente com um alarmante 3,2% para os barcos militares, evidencia as dificuldades de Timor-Leste na gestão dos seus recursos de Defesa Nacional. Estes índices revelam a urgência de uma execução robusta, além de levantar preocupações sobre a capacidade operacional das F-FDTL, destacando a necessidade de uma abordagem mais estratégica na alocação de recursos para a Defesa Nacional.

Por último, é imperativo ressaltar que as infraestruturas de Defesa Militar em Timor-Leste são fundamentais para a segurança e soberania do Estado, assegurando a operação eficaz das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e a adequada manutenção dos equipamentos militares. Todavia, a Comissão B defende que a ausência de representantes do Governo no âmbito da Segurança e Defesa no Fundo de Infraestruturas representa um obstáculo substancial à concretização dos objetivos delineados pelo Estado no sector da Defesa e Segurança.

Este conjunto de circunstâncias ressalta a imperiosa necessidade de fortalecer a governança e a supervisão institucional das iniciativas de infraestrutura militares, visando assegurar uma Defesa Nacional efetiva e promover a segurança nacional de Timor-Leste.

4.4.4 MD – PLANO DE INFRAESTRUTURAS

PROGRAMA	CUSTO ESTIMADO	OGE 2024	OGE 2025	OGE 2026	OGE 2027	OGE 2028	OGE 2029
Defesa Nacional (P7)	**4,745,831**	398,260	**1,796,791**	2,759,707	4,525,000	12,739,142	21,328,284
Segurança Nacional (P6)	**100,455,581**	2,856,920	**1,665,708**	17,259,120	26,811,899	27,432,980	16,892,460

O Fundo de Infraestruturas de Timor-Leste destaca a defesa nacional como prioridade na PPL, enfatizando a importância de uma força de defesa profissional, controlada democraticamente, para proteger a soberania e promover a paz regional e global. Nessa medida, com o novo Governo actualmente existem 8 projetos em curso e 13 em preparação, totalizando 21 iniciativas de infraestruturas para a Defesa Nacional, nomeadamente:

N.º	PROJECTO	CUSTO	OGE 2024	OGE 2025	OGE 2026	OGE 2027	OGE 2028	OGE 2029
1	Hera – Estudo de viabilidade e desenho de Base Naval	861,410	100,000	**85,000**	517,987	-	-	-
9	Hera – Supervisão do Edifício de Comando	-	-	-	-	-	-	-
12	Hera – Construção do Quartel-General da Componente Naval	-	-	-	-	-	-	-
20	Hera – Construção de Base Naval	-	-	**100,000**	-	-	5,900,000	11,800,000
2	Metinaro – Construção Casernas FDTL (CAS & CFT)	-	-	-	-	-	-	-
5	Metinaro – Supervisão Casernas FDTL	85,700	25,710	-	8,570	-	-	-
14	Metinaro – Construção Casernas FDTL	1,757,441	251,488	**251,488**	175,744	-	-	-
3	Damanlara – 2ª Fase de construção da Base de Companhia das FDTL	-	-	-	-	600,000	750,000	150,000
4	Lahane – Supervisão Unidade FALINTIL	99,449	-	-	9,945	-	-	-
13	Lahane – Construção Unidade FALINTIL	1,520,607	-	**760,303**	152,061	-	-	-
6	Beduku – Supervisão Bairro Militar	-	-	-	125,000	125,000	-	-
15	Beduku – Construção Bairro Militar	-	-	**100,000**	450,000	450,000	-	-
7	Fatuhada – Supervisão novo edifício MD	-	-	-	175,000	75,000	-	-
10	Fatuhada – Construção novo edifício MD	-	-	-	180,000	175,000	25,000	-
8	IDN – Supervisão para a construção do novo IDN	-	-	-	125,000	100,000	25,000	-
11	IDN – Construção do novo IDN	-	-	-	750,000	600,000	150,000	-
16	Baucau – Estudo de viabilidade e desenho das Casernas do 1º Batalhão F-FDTL	125,555	6,278	**100,000**	13,000	-	-	-
17	Lautém, Lore1 – Estudo de viabilidade e desenho de porto de apoio (*jetty*)	295,669	14,784	**100,000**	77,401	-	-	-
18	(novo) Ermera – Construção de Bairros Militares em Tata	-	-	**100,000**	-	2,400,000	3,600,000	4,800,000
19	(novo) Ermera – Construção de Quartel-General da CT em Tata	-	-	**100,000**	-	-	900,000	1,800,000

N.º	PROJECTO	CUSTO	OGE 2024	OGE 2025	OGE 2026	OGE 2027	OGE 2028	OGE 2029
21	(novo) Liquica – Construção de Bairros Militares em Beduku	-	-	**100,000**	-	-	1,389,142	2,778,284

Observa-se a remoção de projetos outrora previstos, que incluem investimentos significativos nas infraestruturas militares e de segurança Nacional, especificamente:

1. O desenho e a viabilidade de um Paiol em Hera e em Baucau (outrora projecto n.º11);
2. A construção de um posto militar em Pante Makasar;
3. A instalação de linha de média tensão, com um novo transformador e extensão de linha de BT para Posto Militar em Ataúro, no valor de 63 mil dólares;
4. A construção de um novo edíficio para a Policia Militar, no valor de 877 mil dólares;
    - Avaliado em US$ 1 milhão, o "estudo de viabilidade e projeto de construção" para os seguintes objetivos: Colégio Militar; Paiol e depósito de arsenal para CT e CN, na costa Sul; Sistema de Faróis Nacionais; Bairros Militares para as F-FDTL.

Contudo, prevê-se que em 2025 tenha início:

1. a construção da UNIDADE Falintil em Lahane;
2. assim como a conclusão do estudo de viabilidade e do projeto das Casernas do 1º Batalhão das F-FDTL em Baucau;
3. simultaneamente com o estudo de viabilidade para a edificação de um porto de apoio (*jetty*) em Lore 1, Lautém.

O projeto de construção das Casernas FDTL (CAS & CFT) em Metinaro, que estava inicialmente programado para 2024, está actualmente suspenso e, em paralelo, o objetivo primordial relacionado à edificação da Base Naval de Hera encontra-se atualmente projetado para a sua concretização apenas no ano de 2028.

Por fim, são previstos três novos projetos no âmbito do fundo de infraestruturas referentes à defesa nacional, os quais estão, portanto, projetados para os anos de 2027 e 2028, especificamente: contempla-se a construção de bairros militares nas localidades de Tata e Beduku, além da edificação do Quartel-General da CT e em Tata, Ermera.

4.5 FALINTIL – FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE (FDTL)

4.5.1 FDTL - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

As F-FDTL têm um Orçamento de **US $35,697,792** dólares em 2024 para financiar 3 programas, 5 subprogramas e 8 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	22,930,372	14,960,829	15,246,023	14,439,123	-806,900	-5%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,566,861	18,031,856	19,814,154	21,208,669	+1,394,515	+0.7%
980: Inclusão Social	30,000	30,000	50,000	50,000	-	-
DESPESA TOTAL	**25,527,233**	**33,022,685**	**35,110,177**	**35,697,792**	**+587,615**	**+0.1%**

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
FDTL	2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	3117	1	3390
	2025	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60	3419	-	**3480**

2.21. 029: FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

Código	Categoria Rúbrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**19,145,445**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	17,109,645
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	2,035,800
502	**Bens e Serviços Correntes**	**16,052,347**
50204	Bens Publico	500,000
50205	Alimentação	100,000
50206	Material Médico e Hospitalar	50,000
50209	Material de Escritório	131,380
50210	Combustível	357,211
50216	Limpeza e Segurança	80,000
50217	Manutenção	572,638
50219	Communicações	168,000
50220	Transportes	250,000
50221	Catering	12,768,000
50224	Ajudas de custo	198,620
50225	Serviços Profissionais	220,000
50228	Serviços Financeiros	180,000
50229	Serviços de Saúde	80,000
50230	Outros Serviços Correntes	396,498
504	**Capital Menor**	**500,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	500,000
	TOTAL	**35,697,792**

4.5.2 FDTL – PLANO ANUAL

- Atividade 3880601: Garantir a Missão Operacional das F-FDTL
  - Rotação por 4 vezes dos destacados no território nacional
  - 7 Exercícios operacionais
- Atividade 3880606: Modernizar as Infraestruturas e Equipamentos Militares
- Atividade 3880607: Cooperação de Defesa Militar
- Atividade 3880901: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de serviços
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
  - Produzir documentação e proposta de legação de acordo com as orientações das FALINTIL–FDTL (Regulamento Interno, Diretivas, SOP ou NEP para normalizar o funcionamento dos componentes, unidades e órgãos)
- Atividade 9802807: Socialização para incentivar as mulheres a serem militares e Implementar uma abordagem integrada da igualidade de Género

4.5.3 FDTL - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[12]

F-FDTL	$35 110 177,00	$436 062,80	$2 021 177,25	$23 582 241,05	$9 070 695,90	**72,9%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$17 563 864,00	-	$20 000,00	$12 971 912,73	$4 571 951,27	**74,0%**
Bens e Serviços Correntes	$16 652 313,00	$396 062,80	$1 300 867,25	$10 487 728,32	$4 467 654,63	**70,8%**
Capital Menor	$894 000,00	$40 000,00	$700 310,00	$122 600,00	$31 090,00	**92,0%**

PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Defesa Nacional	$15 126 023,00	$401 762,80	$1 428 071,13	$9 140 704,05	$4 155 485,02	**69,9%**
Funcionamento e desenvolvimento institucional	$19 934 154,00	$34 300,00	$587 846,12	$14 418 307,95	$4 893 699,93	**75,3%**
Inclusão Social	$50 000,00	-	$5 260,00	$23 229,05	$21 510,95	**57,0%**

Defesa Nacional						
Defesa Militar	$15 026 023,00	$401 762,80	$1 415 241,13	$9 132 748,80	$4 076 270,27	**70,2%**
ACTIVIDADE	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Garantir missão operacional	$14 028 313,00	$142 602,00	$1 335 983,73	$8 645 402,55	$3 904 324,72	**71,2%**
Modernizar infraestruturas e equipamentos Militares	$350 000,00	$200 000,00	$75 667,00	$72 822,50	$1 510,50	**42,4%**
Cooperação de Defesa Militar	$647 710,00	$59 160,80	$3 590,40	$414 523,75	$170 435,05	**64,6%**

[12] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 19 de outubro de 2024.

4.6 INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL (IDN)

4.6.1 IDN - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Instituto da Defesa Nacional tem um Orçamento de **US $1,341,140 dólares** para financiar 2 programas, 4 subprogramas e 8 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	VAR %
388: Defesa Nacional	753,759	1,144,497	779,308	**803,944**	+24.636	+3%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	278,390	531,224	372,494	**537,196**	+164,702	+44%
DESPESA TOTAL	**1,032,149**	**1,675,721**	**1,151,802**	**1,341,140**	**+189,338**	**+16%**

STAFF		GRAU								ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	T
		G	F	E	D	C	B	A	T					
IDN	2024	-	-	-	1	-	-	-	1	-	44	-	7	52
	2025	-	-	-	1	-	-	-	1	7	46	-	-	54

2.70. 087: Instituto de Defesa Nacional

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	238,133
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	236,333
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	1,800
502	**Bens e Serviços Correntes**	1,103,007
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	34,360
50204	Bens Público	11,940
50209	Material de Escritório	40,000
50210	Combustível	6,928
50213	Prémios, Condecorações e Ofertas	39,900
50217	Manutenção	20,459
50219	Comunicações	26,643
50220	Transportes	158,100
50221	Catering	156,000
50224	Ajudas de custo	74,052
50225	Serviços Profissionais	309,211
50226	Representação	5,000
50227	Publicação, Cópia e Impressão	30,000
50230	Outros Serviços Correntes	4,000
50231	Rendas	166,414
	TOTAL	1,341,140

4.6.2 IDN – PLANO ANUAL

- Atividade 3881201: Estudo e pesquisa no campo da Defesa e Segurança
    - 250 veteranos e combatentes da libertação Nacional irão ser entrevistados sobre a sua história na luta da resistência durante a ocupação da Indonésia. A sua memória pode contribuir para guardar no arquivo Nacional com o objetivo no futuro ser estudado pelas novas gerações sobre a luta da libertação nacional de Timor Leste para reforçar a construção do Estado e Nação.
- Atividade 3881202: Formação relacionado à Defesa e Segurança para as partes interessadas relevantes
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
- Atividade 5100110: Coordenar e gerir serviços corporativos
- Atividade 5100111: Abordagem integrada do género
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
    - 5 pareceres jurídicos e apresentação de propostas legislativas
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100301: Cooperação e parcerias

4.6.3 IDN - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[13]

IDN	$1 151 802,00	$4 120,00	$19 103,00	$986 083,38	$142 495,62	**87,3%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$581 888,00	-	-	$499 805,74	$82 082,26	**85,9%**
Bens e Serviços Correntes	$569 914,00	$4 120,00	$19 103,00	$486 277,64	$60 413,36	**88,7%**

PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Defesa Nacional	$774 913,00	-	$10 983,00	$651 120,38	$112 809,62	**85,4%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$376 889,00	$4 120,00	$8 120,00	$334 963,00	$29 686,00	**91,0%**

[13] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 20 de outubro de 2024.

4.7 MINISTÉRIO DO INTERIOR (MI) / SERVIÇO DE MIGRAÇÃO (SM)

4.7.1 MI - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

O Ministério do Interior tem um Orçamento de **US$ 15,000,336 dólares** para financiar 2 programas, 7 subprogramas e 36 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	%
366: Segurança Nacional	18,090,235	5,192,822	12,452,682	**10,450,323**	-2,002,359	-16%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	4,566,672	5,236,967	3,740,574	**4,550,013**	+809,439	+21%
DESPESA TOTAL	**22,678,467**	**10,429,789**	**16,193,256**	**15,000,336**	**-1,192,920**	**-7%**

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
MI	2024	10	24	88	63	34	17	3	239	2	52	-	32	326
	2025	13	1379	476	137	44	23	13	2085	47	685	-	-	**2817**
APC	2024	1081	465	730	166	32	10	-	2484	-	10	1	5	2515
	2025	2	26	414	139	27	8	1	617	4	189	1	-	**811**

4.7.2 MI – PLANO ANUAL

- Atividade 3661504: Garantir a segurança dos edificios e instalações públicas
  - 150 pessoas do sector da segurança civil são destacadas em território nacional (13 municipios incluindo RAEOA)
- Atividade 3661505: Supervisionar, inspecionar e coordenar o serviço
- Atividade new_act2798: Autorização, Supervisão, Inspeção para Empresa Privada que presta Serviços de Segurança Civil
- Atividade new_act2799: Gestão dos recursos humanos afectos à prestação de serviços de segurança do património público
- Atividade 3662106: Supervisão e monitorização dos serviços de prevenção e resolução de conflitos nos Municipios e Postos Administrativos
  - Serviços de 13 coordenadores com 39 técnicos de informação e mediação, supervisionados e monitorizados para garantir a eficiência e eficácia dos serviços (12 Municipio e RAEOA) num ano

- Atividade 3662107: Formação e disseminação informação sobre prevenção e resolução de conflitos
    - Formação para 420 pessoas (H=4210; M=210) que participam nas diferentes formações (7 formações por ano, com foco em escolas e universidades)
- Atividade 3662108: Organizar encontros comunitários, seminarios e mediações
    - Foram já resolvidos 452 casos, organizados seminários e encontros com grupos e comunidades artísticas e espirituais em 13 municípios, incluindo a RAEOA.
- Atividade 3662109: Melhorar os serviços de prevenção e resolução de conflitos nas áreas urbanas e rurais
- Atividade 3662110: Implementação do PAN 1325 FPS, 2ª fase, 2023-2027
- Atividade 3662111: Gestão dos recursos humanos afectos à prestação de serviços comunitários de prevenção de conflitos
    - Pagamento aos 317 funcionários da DNPCC dos respetivos vencimentos e diferentes subsídios (Chefia, Transportes, Alojamento)
- Atividade 3662112: Coordenação dos serviços de segurança do património público, rodoviária e prevenção de conflitos comunitários
- Atividade new_act2880: Consciencialização (Sensibilização) Nacional
    - 450 actividades de socialização realizadas
- Atividade new_el6450: Estabelecimento Programa Nacional de Educação Civica para a paz e o desenvolvimento nacional
- Atividade 3661705: Melhorar as políticas de trânsito e de segurança e prevenção rodoviária
- Atividade new_act2885: Promover e apoiar iniciativas cívicas de promoção de uma cultura de segurança e prevenção rodoviária e de boas práticas de condução
- Atividade new_act2886: Acompanhamento do plano nacional de segurança e prevenção rodoviária
- Atividade new_act2887: Gestão dos recursos humanos afectos à prestação de serviços de prevenção e segurança rodoviária
- Atividade 5100108: Planeamento, desenvolvimento estratégico e orientação política
    - Revisão finalizada do Plano Estratégico de Segurança 2030;
    - Reforçar a cooperação bilateral;
    - Finalização do projeto de enquadramento legal da PNTL
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100112: Apoio Jurídico
- Atividade 510012Q: Elaboração de documentos estratégicos para o Ministério do Interior
- Atividade new_el6325: Servicos de relação pública e Media
- Atividade new_el6457: Fiscalização e monitorização de projectos físicos
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas
- Atividade 5100206: Gestão de recursos humanos
    - Nomeação para cargos: 26 pessoas (H=23; M=3);
    - Extensão de cargos: 124 pessoas (H=108; M=16);

- Promoções: 58 pessoas (H=53; M=5);
- Funcionários permanentes: 1396 (H=1226; M=170);
- Funcionários contratados: 46 pessoas (H=20; M=26);
- Promoção aos agentes da administração pública: 1.040 pessoas.

- Atividade 5100207: Formação e capacitação de recursos humanos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 5100213: Administração Geral
- Atividade 5100223: Gestão do património e logística
  - Plano de aquisição de bens móveis e imóveis;
  - Base de dados atualizada no ano de 2025;
  - Relatório R&I 2025 relatado;
- Atividade new_el2747: Gestão da administração e das finanças
- Atividade new_el6411: Planeamento, Monitorização e Avaliação
  - Realinhamento do Plano Estrategico 2011-2030 para 2026-2040;
  - Continuação da monitorização da atividade do MI em 12 Municipios;
  - Continuação dos relatórios mensal, trimestral e anual;
- Atividade new_el8113: Kontrusaun Edificio Diresaun Nasional Aprovisionamento

2.22. 030: Ministério do Interior

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**12,276,037**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	9,661,555
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	2,614,482
502	**Bens e Serviços Correntes**	**2,158,319**
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	62,597
50204	Bens Público	101,025
50209	Material de Escritório	118,811
50210	Combustível	149,763
50216	Limpeza e Segurança	55,628
50217	Manutenção	171,277
50219	Comunicações	249,500
50220	Transportes	112,000
50221	Catering	165,311
50224	Ajudas de custo	377,613
50225	Serviços Profissionais	214,132
50226	Representação	133,622
50227	Publicação, Cópia e Impressão	202,040
50228	Serviços Financeiros	31,000
50230	Outros Serviços Correntes	10,000
50231	Rendas	4,000
504	**Capital Menor**	**40,184**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	40,184
505	**Capital de Desenvolvimento**	**525,796**
50501	Aquisição de bens de capital fixo	525,796
	TOTAL	**15,000,336**

SUBPROGRAMA 36616: SERVIÇO DE MIGRAÇÃO

- Atividade 3661605: Assegurar o controlo civil de estrangeiros
- Atividade 3661607: Inspecionar e monitorizar os adidos de migração e realizar acções de cooperação com países parceiros
- Atividade 3661609: Prevenção e combate ao tráfico humano
- Atividade 3661610: Gestão de Recursos Humanos afetos a prestação de Serviços de Migração

4.7.3 MI - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[14]

MI	$16 248 256,00	$327 805,32	$587 497,43	$11 213 790,19	$4 119 163,06	**72,6%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$13 562 836,00	-	-	$9 919 421,89	$3 643 414,11	**73,1%**
Bens e Serviços Correntes	$2 516 555,00	$205 965,32	$583 649,43	$1 254 663,30	$472 276,95	**73,0%**
Capital Menor	$168 865,00	$121 840,00	$3 848,00	$39 705,00	$3 472,00	**25,8%**

MI						
PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Segurança Nacional	$12 440 943,50	$200 242,04	$330 919,07	$8 651 498,44	$3 258 283,95	**72,2%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$3 807 312,50	$127 563,28	$256 578,36	$2 562 291,75	$860 879,11	**74,0%**

Segurança Nacional						
SUB-PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços	$1 140 289,65	$2 160,00	-	$869 184,71	$268 944,94	**76,2%**
Segurança do Património do Estado	$7 323 755,85	$904,56	$18 314,20	$5 381 284,96	$1 923 252,13	**73,7%**
Serviço de Migração	$2 345 707,00	$95 159,48	$284 642,87	$1 283 623,36	$682 281,29	**66,9%**
Segurança rodoviária	$25 580,00	-	-	$9 739,33	$15 840,67	**38,1%**
Prevenção de conflitos comunitários e construção da paz	$1 605 611,00	$102 018,00	$27 962,00	$1 107 666,08	$367 964,92	**70,7%**

[14] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 20 de outubro de 2024.

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional						
Funcionamento Institucional	$898 647,50	$3 220,00	$61 614,05	$651 196,53	$182 616,92	**79,3%**
ACTIVIDADE	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Elaboração de documentos estratégicos para o Ministério do Interior	$19 268,00	-	-	$10 309,00	$8 959,00	**53,5%**
Planeamento E desenvolvimento estratégico e orientação política	$689 139,50	$3 220,00	$61 614,05	$522 915,58	$101 389,87	**84,8%**
Inspecção, fiscalização e auditoria	$172 284,00	-	-	$104 830,95	$67 453,05	**60,8%**
Apoio jurídico	$17 956,00	-	-	$13 141,00	$4 815,00	**73,2%**

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional						
Desenvolvimento Institucional	$2 908 665,00	$124 343,28	$194 964,31	$1 911 095,22	$678 262,19	**72,4%**
ACTIVIDADE	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Gestão financeira, administração e logística	$1 200 312,00	$15 307,04	$166 046,88	$741 315,08	$277 643,00	**75,6%**
Planeamento, monitorização e estatísticas	$422 707,00	$7 850,00	$12 847,20	$269 232,63	$132 777,17	**66,7%**
Gestão de recursos humanos	$504 906,00	-	-	$357 588,56	$147 317,44	**70,8%**
Formação e capacitação de recursos humanos	$128 323,00	$99 315,00	-	$19 462,50	$9 545,50	**15,2%**
Aprovisionamento e gestão de contratos	$469 865,00	$1 871,24	$16 048,48	$345 607,61	$106 337,67	**77,0%**
Administração Geral	$182 552,00	-	$21,75	$177 888,84	$4 641,41	**97,5%**

4.7.4 MI – PLANO DE INFRAESTRUTURAS

O Fundo das Infraestruturas presta apoio ao programa de Segurança Nacional, com ênfase na construção de instalações que visem aprimorar a eficiência das instituições encarregadas da segurança nacional na realização das suas funções em prol do cumprimento da sua missão.

PROGRAMA	CUSTO ESTIMADO	OGE 2024	OGE 2025	OGE 2026	OGE 2027	OGE 2028	OGE 2029
Segurança Nacional (P6)	**100,455,581**	2,856,920	**1,665,708**	17,259,120	26,811,899	27,432,980	16,892,460
Defesa Nacional (P7)	**4,745,831**	398,260	**1,796,791**	2,759,707	4,525,000	12,739,142	21,328,284

Atualmente, na PPL o valor alocado para o "Programa de Segurança Nacional" referente ao exercício de 2025 é de US$ 1.665.708, dentro de um montante total estimado de contratos e despesas, no domínio das infraestruturas, no valor de US$ 100.455.581.

Em particular, o IX Governo Constitucional confere prioridade à monitorização das fronteiras entre a Indonésia e Timor-Leste. Neste âmbito, a Comissão B defende que a monitorização das fronteiras é essencial para a segurança nacional, prevenção de crimes transnacionais, combate ao tráfico de pessoas e proteção dos recursos naturais. Deste modo, o fortalecimento do controlo fronteiriço é indispensável para preservar a soberania e a integridade territorial de Timor-Leste.

Adicionalmente, no que refere ao setor de transportes, serão adotadas medidas para optimizar a segurança e a eficiência dos transportes, abrangendo, entre outras iniciativas:

1. o desenvolvimento de portos regionais;
2. a expansão e modernização das instalações portuárias;
3. a revisão do Código de Estrada;
4. e a implementação de um sistema de previsões meteorológicas para assegurar a segurança do tráfego aéreo.

O objetivo subjacente é promover o desenvolvimento económico e social tanto em áreas rurais quanto urbanas, fortalecendo o setor turístico e facilitando o comércio de pessoas e mercadorias. Nesse contexto, para o OGE 2025 contempla-se um total de 11 projetos em andamento e 112 em preparação, resultando em 123 projetos de infraestruturas relacionados à segurança nacional, especificamente:

P#	PROJECTO	CUSTO PROJECTO	OGE 2024	OGE 2025	OGE 2026	OGE 2027	OGE 2028	OGE 2029
PNTL								
QUARTEL - GENERAL								
1	Construção QG-PNTL Caicoli	**10,177,638**	1,500,000	**800,000**	1,604,920	1,604,920	1,604,920	1,604,920
9	Supervisão QG-PNTL Caicoli	**594,360**	50,000	**100,000**	-	-	-	-
QUARTEIS								
11	Construção Quartel PNTL Dili	**3,000,000**	-	-	900,000	1,500,000	300,000	-
98	Nova construção Quartel Dili Tipo A	**3,000,000**	10,000	-	-	-	600,000	2,100,000
10	Construção Quartel PNTL Liquica	**2,000,000**	-	-	600,000	1,000,000	200,000	-
92	Nova construção Quartel Liquica, Tipo B	**2,000,000**	10,000	-	-	-	400,000	1,200,000
12	Construção Quartel PNTL Aileu	**2,000,000**	-	-	600,000	1,000,000	200,000	-

96	Nova construção Quartel Aileu, Tipo B	**2,000,000**	10,000	-	-	-	600,000	1,200,000
90	Nova construção Quartel Ermera Tipo B	**2,000,000**	10,000	-	-	-	400,000	1,400,000
ESQUADRAS								
2	Construção Esquadra Dom Aleixo	**1,551,975**	155,196	**100,000**	-	-	-	-
14	Construção Esquadra Nain Feto	**2,000,000**	-	-	600,000	1,000,000	200,000	-
84	Nova construção Esquadra PNTL Nain Feto, Tipo A	**2,000,000**	10,000	-	-	800,000	1,000,000	200,000
15	Construção Esquadra Vera Cruz	**2,000,000**	-	-	600,000	1,000,000	200,000	-
87	Nova construção Esquadra PNTL Vera-Cruz, Tipo A	**2,000,000**	10,000	-	-	-	400,000	1,500,000
16	Construcao Esquadra Cristo Rei	**2,000,000**	-	-	600,000	1,000,000	200,000	-
80	Nova construção Esquadra PNTL Cristo Rei, Tipo A	**2,000,000**	10,000	-	-	800,000	1,000,000	200,000
13	Construção Esquadra Laclo	**1,500,000**	-	-	450,000	750,000	150,000	-
77	Nova construção Esquadra PNTL Laclo Tipo B	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
73	Nova construção Esquadra PNTL, Lore Tipo C	**1,000,000**	10,000	-	-	400,000	500,000	100,000
81	Nova construção Esquadra PNTL Ainaro Vila, Tipo B	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
83	Nova construção Esquadra PNTL, Santa Rosa, Suai, Vila, Tipo B	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
86	Nova construção Esquadra PNTL Bobonaro, Vila, Tipo B	**1,500,000**	10,000	-	-	-	600,000	750,000
91	Nova construção Esquadra PNTL Hatulia B, Tipo C	**1,000,000**	10,000	-	-	400,000	500,000	100,000
POSTOS								
50	Construção Posto Horak	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
51	Nova construção Posto Anin Matan	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
52	Nova construção Posto Lenkede	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
53	Nova construção Posto Wesei	**45,000**	6,685	-	450,000	50,000	-	-
62	Nova construção Posto Moruk Laran, Tilomar	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
66	Nova construção Posto Lela	**90,000**	6,019	-	-	36,000	45,000	9,000
69	Nova construção Posto Wamauk	**90,000**	6,019	-	-	36,000	45,000	9,000

72	Nova construção Posto Fatumea (transmissor)	**90,000**	6,019	-	-	36,000	45,000	9,000
93	Nova construção, Posto Sakaer Midar-Kowa	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
94	Nova construção, Posto TCL 13-Mota Ain	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
95	Nova construção, Posto Kaizus Laran-Kowa	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
97	Nova construção Posto Wefauk	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
99	Nova construção, Posto Nunura Leohito	**70,000**	6,685	-	63,000	7,000	-	-
100	Nova construção, Posto Manu Mutin/Malelat	**45,000**	7,858	-	-	31,500	9,000	4,500
101	Nova construção, Posto Oa Detan-Tunubibi	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
102	Nova construção, Posto Uma Kou	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
103	Nova construção, Posto Sesu	**45,000**	7,858	-	-	31,500	9,000	4,500
104	Nova construção, Posto Nu'u Laran	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
105	Nova construção, Posto Saben	**45,000**	7,858	-	-	31,500	9,000	4,500
106	Nova construção, Posto Haumenana	**45,000**	7,858	-	-	31,500	9,000	4,500
107	Nova construção, Posto Leolbatan	**50,000**	7,858	-	-	35,000	10,000	5,000
108	Nova construção, Posto Bora	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
112	Posto Vigilância, Posto Kaun	**50,000**	6,685	-	45,000	5,000	-	-
115	Posto vigilância, Posto Santizak	**45,000**	6,685	-	40,500	4,500	-	-
CASERNAS								
45	Nova construção Casernas, Posto Laclo	**300,000**	6,019	-	-	-	270,000	30,000
47	Nova construção Casernas, Posto Iliomar	**300,000**	10,000	-	-	270,000	30,000	-
54	Nova construção Casernas Posto Lautem	**500,000**	10,000	-	-	-	450,000	50,000
55	Nova construção Casernas Posto Lore	**500,000**	10,000	-	-	1,000,000	1,250,000	250,000
61	Nova construção Casernas Maubara	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
64	Nova construção Casernas Posto Fohoren	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
65	Nova construção Casernas Posto Cailaco	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
67	Nova construção Casernas Bobonaro	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
68	Nova construção Casernas Posto Lolotoe	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
70	Nova construção Casernas Posto Balibo	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
71	Nova Construção Casernas Posto Baoknana	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000

74	Nova construção Casernas Posto Vemasse	**500,000**	10,000	-	-	200,000	250,000	50,000
BAIRROS PNTL								
27	Nova construção Bairros PNTL Viqueque	**2,500,000**	10,000	-	-	-	1,000,000	1,500,000
30	Nova construção Bairros PNTL Lautém	**2,500,000**	10,000	-	-	625,000	1,625,000	250,000
76	Nova construção Bairros PNTL Dili	**2,000,000**	10,000	-	-	800,000	1,000,000	200,000
79	Nova construção Bairros PNTL Covalima	**2,500,000**	10,000	-	-	1,000,000	1,250,000	250,000
121	Nova construção Bairros PNTL Baucau	**2,500,000**	20,000	-	1,750,000	500,000	250,000	-
FORNECIMENTO ELETRICIDADE & ÁGUA								
17	Novo fornecimento eletricidade Bairro PNTL Ermera	**46,000**	-	-	-	41,400	4,600	-
32	Novo fornecimento água Bairros PNTL Manufahi	**38,069**	1,800	-	2,200	-	-	-
38	Novo fornecimento água Bairros PNTL Aileu	**100,000**	-	-	-	-	90,000	10,000
39	Novo fornecimento eletricidade Bairros PNTL Aileu	**46,000**	-	-	41,400	4,600	-	-
123	Novo fornecimento água e eletricidade Bairro PNTL Aileu	**146,000**	6,678	-	131,400	14,600	-	-
BMOP								
58	Nova Construção BMOP Oe-Cusse	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
59	Nova construção BMOP Baucau	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
60	Nova construção BMOP Bobonaro	**1,500,000**	10,000	-	-	600,000	750,000	150,000
122	Revisão do Projeto de Estrutura e Redesenho de Fundações para Nova Construção do Alcorão Geral da PNTL	**157,080**	157,080	**15,708**	-	-	-	-
CENTROS DE FORMAÇÃO PNTL								
56	Nova construção Centro Formação Raerobo (2 unid.)	**2,500,000**	10,000	-	-	-	-	-
57	Reabilitação Centro Formação Raerobo (10 unid.)	**150,000**	10,000	-	-	-	-	-
UPF - UNIDADE PATRULHAMENTO FRONTEIRA								
110	Nova construção QG-UPF, Nu'u Badak	**2,000,000**	10,000	-	1,400,000	400,000	200,000	-
4	Construção Casernas UPF Tunubibi	**312,385**	62,477	**100,000**	-	-	-	-
113	Nova construção integrada, Companhia Alpha UPF, Bobonaro	**1,000,000**	10,000	-	700,000	200,000	100,000	-
49	Reabilitação UPF, Kompanhia Bravo	**150,000**	6,019	-	40,500	4,500	-	-

63	Nova construção integrada, Companhia Bravo UPF, Covalima	**1,000,000**	10,000	-	-	400,000	500,000	100,000
109	Nova construção, UPF Companhia Charlie RAEOA	**1,000,000**	10,000	-	700,000	200,000	100,000	-
111	Reabilitação UPF, Companhia Charlie RAEOA	**100,000**	6,019	-	-	-	-	-
116	Reabilitação UPF, Posto Palaban Aeroporto "Rota de Sândalo"	**49,000**	6,019	-	-	-	-	-
6	Nova construção UPF Sacato, Oecusse	**320,046**	64,009	**150,000**	-	-	-	-
7	Nova construção UPF Oesilo, Oecusse	**343,223**	8,581	**100,000**	-	-	-	-
8	Nova construção UPF Citrana, Oecusse	**340,903**	68,181	**100,000**	-	-	-	-
117	Reabilitação UPF, Posto Citrana	**49,000**	6,019	-	-	-	-	-
3	Nova construção UPF Mota Ain	**315,211**	7,880	**100,000**	-	-	-	-
5	Nova construção UPF Mota Masin	**337,328**	84,332	**100,000**	-	-	-	-
40	Reabilitação UPF, Posto Lela	**48,756**	6,019	-	-	-	-	-
41	Reabilitação UPF, Posto Fatululik	**48,657**	6,019	-	-	-	-	-
42	Reabilitação UPF, Posto Beluli Kraik	**48,882**	6,019	-	-	-	-	-
43	Reabilitação UPF, Posto Fatumea	**48,545**	6,019	-	-	-	-	-
44	Reabilitação UPF, Posto Aikakar	**48,700**	6,019	-	-	-	-	-
46	Reabilitação, UPF, Foho Lulik	**47,546**	6,019	-	-	-	-	-
48	Reabilitação UPF, Posto Walalama	**48,601**	6,019	-	-	-	-	-
75	Reabilitação UPF, Posto Badut Mean	**48,441**	6,019	-	-	-	-	-
78	Reabilitação UPF, Posto Derok Ren	**48,665**	6,019	-	-	-	-	-
82	Reabilitação UPF, Posto Leohito	**48,588**	6,019	-	-	-	-	-
85	Reabilitação UPF, Posto Nunura	**48,363**	6,019	-	-	-	-	-
88	Reabilitação UPF, Posto Memo	**48,420**	6,019	-	-	-	-	-
89	Reabilitação UPF, Posto Saburai	**48,553**	6,019	-	-	-	-	-
114	Reabilitação UPF, Posto Nipane	**48,644**	6,019	-	-	-	-	-
118	Reabilitação UPF, Posto Quibiselo	**49,000**	6,019	-	-	-	-	-
119	Reabilitação UPF, Posto Mahata	**49,000**	6,019	-	-	-	-	-
120	Reabilitação UPF, Posto Cruz	**49,000**	6,019	-	-	-	-	-

SERVIÇO MIGRAÇÃO								
124	Edificio de Aprovisionamento SM-Dili	**300,000**	-	-	100,000	100,000	-	-
18	Estudo e viabilidade Nova Construção Casernas SM-Dili	**100,000**	-	-	100,000	-	-	-
22	Estudo e viabilidade Nova Construção SM-Tunubibi (Centro de Detenção e Casernas)	**250,000**	-	-	250,000	-	-	-
23	Estudo e viabilidade Nova Construção SM-Sakato (Centro de Detenção e Casernas)	**250,000**	-	-	250,000	-	-	-
24	Nova Construção SM-Citrana (Centro de Detenção e Casernas)	**250,000**	-	-	-	-	75,000	150,000
25	Estudo e viabilidade Nova Construção SM-Mota Masin (Centro de Detenções e Casernas)	**250,000**	-	-	250,000	-	-	-
21	Estudo e viabilidade Nova Construção SM-Regional Oecusse	**500,000**	-	-	500,000	-	-	-
26	Estudo e viabilidade Nova Construção Bairros SM-Regional Oecusse	**250,000**	-	-	250,000	-	-	-
AUTORIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL (APC)								
19	Estudo e viabilidade Nova Construção Edificio Delegação Territorial Baucau	**500,000**	-	-	500,000	-	-	-
20	Estudo e viabilidade Nova Construção Edificio Delegação Territorial	**500,000**	-	-	500,000	-	-	-
28	Estudo e viabilidade APC Dili	**161,000**	-	-	161,000	-	-	-
31	Estudo e viabilidade Protótipo APC (13 municipios)	**644,000**	-	-	193,200	-	-	-
33	Construção APC Dili	**3,000,000**	-	-	2,100,000	600,000	300,000	
34	Construção APC Covalima	**2,000,000**	-	-	-	-	-	1,400,000
35	Construção APC Baucau	**2,000,000**	-	-	-	1,400,000	400,000	200,000
36	Construção APC Ainaro	**2,000,000**	-	-	-	-	1,000,000	800,000
37	Construção APC Lautém	**2,000,000**	-	-	-	-	1,000,000	800,000
29	Reinstalação e preparação de terreno para programa de segurança nacional	**1,000,000**	-	-	300,000	-	-	-

4.8 POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL)

4.8.1 PNTL - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

A Polícia Nacional de Timor-Leste tem um orçamento de **US$ 46,420,430** de dólares para financiar 3 programas, 10 subprogramas e 18 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	%
366: Segurança Nacional	31,314,741	38,348,854	43,103,390	**43,492,690**	+389,300	-0.9%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,750,990	4,713,788	4,565,325	**2,897,740**	-1,667,585	-36%
980: Igualdade de Género e Inclusão Social	16,750	20,000	33,000	**30,000**	3,000	-9%
DESPESA TOTAL	**34,082,481**	**43,082,642**	**47,701,715**	**46,420,430**	**-1,281,285**	**-2%**

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
PNTL	2024	8	27	13	5	-	1	-	54	-	149	3995	7	4205
	2025	7	26	15	5	-	1	-	54	6	152	3992	-	**4204**

2.23. 031: Policia Nacional Timor-Leste

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	39,924,528
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	21,634,838
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	18,289,690
502	**Bens e Serviços Correntes**	6,354,902
50203	Vestuário e Artigos Pessoais	997,980
50204	Bens Público	166,075
50205	Alimentação	70,000
50206	Material Médico e Hospitalar	51,000
50209	Material de Escritório	190,000
50210	Combustível	1,000,005
50212	Peças e Ferramentas	550,000
50213	Prémios, Condecorações e Ofertas	145,000
50215	Outros Bens Correntes	25,000
50216	Limpeza e Segurança	92,277
50217	Manutenção	668,288
50219	Communicações	530,994
50220	Transportes	90,000
50221	Catering	599,000
50224	Ajudas de custo	200,056
50225	Serviços Profissionais	80,000
50226	Representação	60,000
50227	Publicação, Copia e Impressão	13,000
50230	Outros Serviços Correntes	544,356
50231	Rendas	281,871
503	**Transferências Públicas**	**141,000**
50303	Transferência para Familias	141,000
	TOTAL	**46,420,430**

4.8.2 PNTL – PLANO ANUAL

- Atividade 3660101: Cooperação de segurança técnica, militar e civil
    - Continuar a cooperação internacional com 18 nações, nomeadamente: ASEAN, CPLP (2), Pacífico (2), Japão, Coreia do Sul, EUA e China;
    - em complemento com 4 parceiros (TLPDP, UNDP, UN Women, IOM)
- Atividade 3660102: Operações da PNTL (Rotina, Periódica e Eventuais)
- Atividade 3660402: Reparação e manutenção das comunicações/IT
    - de 100 Rádio-comunicação; 120 CPU; 100 impressoras; 100 CCTV; 22 Repeaters
- Atividade 3660403: Gestão de sistemas de informação e de comunicação
- Atividade new_el5288: Manutenção e reparação de edifícios da PNTL nos 13 Municipios, em Atauro, Território Nacional e nas Unidades
- Atividade 3660501: Apoio de alimentação para todos agentes da policia e do serviço efetivos
- Atividade 3660702: Prevenção de negócios ilegais no mar e na fronteira terrestre
    - 80% socialização da lei de prevenção de negócios ilegais no Mar e em territórios fronteiriços
- Atividade new_el2622: Vigilância e patrulhamento no espaço marítimo
- Atividade 3660301: Formação académica e técnico policial
- Atividade 3660305: Gestão de recursos humanos da PNTL
    - Recrutamento (600)
    - 50% dos membros da PNTL realizam avaliação de desempenho
    - 50% dos membros da PNTL recebem nível de "satisfaz" no resultado da avaliação
- Atividade 3661805: Patrulhamento comunitário urbano e rural
- Atividade 3661807: Disseminar e divulgar informação sobre prevenção de crimes
- Atividade 3661904: Intervir em situações de violência complexa e infiltração de crimes organizados
    - 350 elementos da Polícia Especial destacados
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 5100205: Planeamento, monitorização e estatísticas
- Atividade 5100209: Organização e gestão de eventos
- Atividade 5100211: Aprovisionamento e gestão de contratos
- Atividade 9802916: Divulgação de informações práticas sobre a prevenção de crimes relacionados à violência doméstica e GBV a Autoridade local e líderes comunitários

4.8.3 PNTL - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[15]

PNTL	$47 906 715,00	$2 121 037,52	$2 136 400,89	$32 557 733,24	$11 091 543,35	**72,4%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$37 730 523,00	-	$83 321,55	$29 878 259,50	$7 768 941,95	**79,4%**
Bens e Serviços Correntes	$7 079 242,00	$517 854,52	$1 569 245,34	$1 907 544,74	$3 084 597,40	**49,1%**
Transferências Públicas	$141 950,00	-	-	$69 200,00	$72 750,00	**48,7%**
Capital Menor	$2 955 000,00	$1 603 183,00	$483 834,00	$702 729,00	$165 254,00	**40,2%**

PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Segurança Nacional	$43 287 508,00	$1 460 011,25	$1 251 748,15	$31 434 510,60	$9 141 238,00	**75,5%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$4 586 207,00	$661 026,27	$880 652,74	$1 109 222,64	$1 935 305,35	**43,4%**
Inclusão Social	$33 000,00	-	$4 000,00	$14 000,00	$15 000,00	**54,5%**
Segurança Nacional	$43 287 508,00	$1 460 011,25	$1 251 748,15	$31 434 510,60	$9 141 238,00	**75,5%**
SUB-PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Operação de segurança interna	$1 351 002,00	$22 059,00	$112 010,15	$832 875,85	$384 057,00	**69,9%**
Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da PNTL	$36 788 141,00	-	$16 500,00	$29 277 924,25	$7 493 716,75	**79,6%**
Gestão de Equipamentos e Infraestrutura	$3 333 118,00	$1 288 570,00	$989 799,00	$604 908,50	$449 840,50	**47,8%**
Alimentação e rações combates de operacional para PNTL	$760 000,00	$1 622,25	$2 940,00	$227 166,00	$528 271,75	**30,3%**
Gestão de Segurança Terrestre e Costeira de Timor Leste	$165 842,00	$26 453,00	$1 035,00	$42 282,50	$96 071,50	**26,1%**
Segurança rodoviária	$447 500,00	$112 500,00	$108 000,00	$225 000,00	$2 000,00	**74,4%**
Polícia Comunitária	$381 905,00	$6 112,00	$21 464,00	$167 053,50	$187 275,50	**49,4%**
Prevenção Criminal Serviços de Investigação e Informação	$60 000,00	$2 695,00	-	$57 300,00	$5,00	**95,5%**

[15] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 20 de outubro de 2024.

4.9 AUTORIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL (APC)

4.9.1 APC - ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL POR PROGRAMAS

A Autoridade da Proteção Civil tem um Orçamento de **US$ 8,735,558 dólares** para financiar 2 programas, 9 subprogramas e 16 atividades.

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS	OGE 2022[16]	OGE 2023	OGE 2024	OGE 2025	VAR. QUANT.	VAR %
366: Segurança Nacional	22,219,711	14,345,188	6,661,156	**7,238,788**	+577,632	+8%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	550,152	232,225	1,265,156	**1,496,770**	+231,614	+18%
DESPESA TOTAL	**22,791,423**	**14,594,038**	**7,926,312**	**8,735,558**	**+809,246**	**+10%**

2.30. 038: Autoridade de Proteção Civil

Código	Categoria Rubrica	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**4,284,503**
50101	Salário e Abonos Regulares e Permanentes	3,443,791
50102	Abonos Variáveis e Eventuais	840,712
502	**Bens e Serviços Correntes**	**3,436,055**
50201	Matérias Primas e Subsidiárias	779,684
50204	Bens Público	65,000
50205	Alimentação	439,700
50206	Material Médico e Hospitalar	5,000
50209	Material de Escritório	80,000
50210	Combustível	177,258
50211	Produtos Químicos	30,000
50212	Peças e Ferramentas	655,351
50217	Manutenção	104,522
50219	Comunicações	177,000
50220	Transportes	36,000
50221	Catering	61,500
50224	Ajudas de custo	388,308
50225	Serviços Profissionais	149,132
50226	Representação	95,000
50227	Publicação, Cópia e Impressão	1,500
50228	Serviços Financeiros	111,100
50230	Outros Serviços Correntes	40,000
503	**Transferências Públicas**	**765,000**
50303	Transferência para Famílias	765,000
504	**Capital Menor**	**250,000**
50401	Acquisição de Bens de Capital Móvel	250,000
	TOTAL	**8,735,558**

[16] Orçamento alocado à Proteção Civil sob a tutela directa do Ministério do Interior.

STAFF		GRAU												T
		G	F	E	D	C	B	A	T	ASSESSORES	CASUAIS	FDTL PNTL	OUTROS	
APC	2024	1081	465	730	166	32	10	-	2484	-	10	1	5	2515
	2025	2	26	414	139	27	8	1	617	4	189	1	-	**811**
MI	2024	10	24	88	63	34	17	3	239	2	52	-	32	326
	2025	13	1379	476	137	44	23	13	2085	47	685	-	-	**2817**

4.9.2 APC – PLANO ANUAL

- Atividade 3662202: Gestão de Recursos Humanos afectos à prestação de serviços
  - Recrutamento de 64 novos funcionários para a APC
- Atividade 3662407: Prevenção, preparação e mitigação de riscos de desastres
- Atividade 3662408: Apoio de emergência durante desastre
- Atividade 3662409: Apoio à recuperação no pós-desastre
- Atividade new_el5619: Implementação de politica de "Redução Risco Desastre"
- Atividade 3662601: "Plano Nacional Civil de Emergência" nos Municipios
  - Promover a aprovação através do Conselho Nacional, Regional e Municipal de Proteção Civil e posteriormente a socialização
- Atividade 3662701: Serviço, prevenção e respostas rápidas a situações de emergência e resgates de recuperação da normalidade da vida
- Atividade 3662901: Coordenar e organizar a reunião do Conselho Nacional da Proteção Civil
- Atividade 3662902: "Sistema de Alerta Antecipada" para acidentes graves e catástrofes de Proteção Civil
- Atividade 3661392: Organizar, Supervisionar, Inspeccionar e Coordenar a Implementação da Autoridade da Proteção Civil
  - Garantir o funcionamento do sistema de serviços da Autoridade Proteção Civil a nível nacional e através da estrutura desconcentrada. Desenvolver o enquadramento Legal da APC
- Atividade 3662801: Formação e Capacitação de profissionais do serviço da APC
- Atividade 5100109: Inspeção, fiscalização e auditoria
- Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística
- Atividade 510021A: Planeamento, Monitorização e Assesoria
- Atividade 510021B: Serviço de relações públicas e cooperação
- Atividade new_el5617: Implementação e Avaliação de Serviços de gestão de recursos e recuperação

4.9.3 APC - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024[17]

Autoridade de Proteção Civil	$7 946 312,00	$33 752,93	$1 426 537,28	$4 619 954,66	$1 866 067,13	**76,1%**
CATEGORIA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Salários e Vencimentos	$4 465 680,00	-	-	$3 013 430,27	$1 452 249,73	**67,5%**
Bens e Serviços Correntes	$2 377 707,00	$14 382,93	$678 343,74	$1 360 124,39	$324 855,94	**85,7%**
Transferências Públicas	$259 000,00	-	-	$246 400,00	$12 600,00	**95,1%**
Capital Menor	$843 925,00	$19 370,00	$748 193,54	-	$76 361,46	**88,7%**

PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Segurança Nacional	$6 691 156,00	$12 183,00	$983 237,29	$3 930 538,01	$1 765 197,70	**73,4%**
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$1 255 156,00	$21 569,93	$443 299,99	$689 416,65	$100 869,43	**90,2%**

Segurança Nacional						
SUB-PROGRAMA	**ORÇAMENTO**	**COMPROM.**	**OBRIGAÇÕES**	**ACTUAL**	**SALDO**	**%**
Segurança	$193 800,00	$691,00	$280,00	$146 220,00	$46 609,00	**75,6%**
Recursos Humanos afetos a Prestação de Serviços	$3 769 158,00	-	-	$2 508 176,02	$1 260 981,98	**66,5%**
Gestão de riscos de desastres	$2 154 524,00	$1 452,00	$815 823,39	$1 055 066,02	$282 182,59	**86,8%**
Comando Nacional Operacional de Proteção Civil	$228 571,00	-	$9 820,00	$128 816,67	$89 934,33	**60,7%**
Unidade Especial da Autoridade de Proteção Civil	$99 860,00	-	$22 653,90	$53 097,10	$24 109,00	**75,9%**
Centro de Formação da Autoridade de Proteção Civil	$52 708,00	$40,00	$4 260,00	$35 202,20	$13 205,80	**74,9%**
Serviço de Proteção Civil	$192 535,00	$10 000,00	$130 400,00	$3 960,00	$48 175,00	**69,8%**

[17] Informação disponibilizada no "Portal da transparência" a 20 de outubro de 2024.

5. CONSULTAS E CONTRIBUTOS

Os distintos Deputados da Comissão B do Parlamento Nacional, em conformidade com o disposto no n.º3, do artigo 164º, do RPN, realizaram as seguintes Audiências Públicas em sede da Comissão B, especificamente:

DATA	HORAS	ENTIDADES	LOCAL
25 OUT (SEXTA)	10H	▪ (SNI) Serviço Nacional de Inteligência	Sala do GMPTL
	15H	▪ Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) ▪ Vice-MNEC para assuntos ASEAN	
28 OUT (SEG)	10H	▪ (MI) Ministério do Interior ▪ (SEPC) Secretário de Estado da Proteção Civil ▪ (PNTL) Policia Nacional de Timor-Leste ▪ (SM) Serviço de Migração ▪ (APC) Autoridade da Proteção Civil	Sala do GMPTL
	15h	▪ Ministério da Defesa ▪ F-FDTL ▪ (IDN) Instituto de Defesa Nacional	
29 OUT (TER)	10H	▪ (GFM) Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	Sala do GMPTL

Neste enquadramento, em concertação institucional com o Governo, a Comissão B regista os seguintes contributos, nomeadamente:

Serviço Nacional de Inteligência (SNI)

1. No que se relaciona à PPL, estão previstas apenas duas atividades para o exercício de 2025, além de propostas de alteração orçamental submetidas à vossa apreciação, em virtude das novas ameaças cibernéticas que ameaçam o território Nacional. Neste contexto, uma nova estrutura organizacional do SNI está em discussão e deverá ser aprovada neste mês, resultando na criação de duas novas chefias com foco nas áreas virtual e cibernética, incluída uma chefia especializada em fiscalização e capacitação dos agentes operacionais;
2. A execução em bens e serviços do SNI é estimada em aproximadamente 95% para o final do ano, com o cumprimento de todas as metas considerado como uma meta altamente provável, enquanto a execução no capital menor atinge cerca de 88%, com uma estimativa semelhante à dos bens e serviços;
3. Foi partilhado que *"a principal ameaça enfrentada por Timor-Leste reside no espaço cibernético, como demonstrado pelo recente ataque ao Secretariado da ASEAN em Jacarta, que resultou em restrições totais e na recolha ilegal de informações oficiais";*

4. Atualmente, em curso o compartilhamento de dados do SNI contendo informações de diversas empresas, nacionais e internacionais, que já operam ou têm interesse em investir em Timor-Leste, através do objectivo de estabelecer e consolidar a Direção Nacional de Serviços de Segurança Cibernética, com referências de práticas ilegais relacionadas no espaço ASEAN e questões militares atribuídas aos interesses de superpotências mundiais em Timor-Leste. Nessa medida, no âmbito global, foi enaltecido que *"cada vez mais se evidencia a importância dos elementos de inteligência que determinam o êxito das operações militares das Forças de Defesa e Segurança de Timor-Leste";*
5. Atualmente, observa-se uma monitorização rigorosa da instalação do cabo submarino de fibra óptica, por parte do SNI, em face de incidentes partilhados com a Comissão B. Contudo, neste âmbito observa-se falhas na coordenação entre os órgãos de polícia criminal que deverão ser supridas, a curto-prazo;
6. Simultaneamente, têm sido detectadas diversas tentativas de inserção de sistemas maliciosos nas infraestruturas e comunicações de Timor-Leste. No entanto, actualmente, o Governo não disponibilizou a quantia de 600 mil para a criação de uma sala de situação especializada para salvaguarda das infraestruturas cibernéticas. Assim, por complemento, conclui-se que há uma necessidade premente de uma proposta de adicional orçamental para fortalecer a Direção Nacional de Segurança Cibernética do SNI;
7. O SNI registou um apelo especial para que o Parlamento Nacional fiscalize rigorosamente todos os projetos com suporte de entidades estrangeiras pois identifica-se uma evidente manifestação de "egos sectoriais" que obstruem a efetiva partilha de informações no contexto da comunidade de inteligência nacional. Por tal, também se ressalta a inexistência de um conceito estratégico nacional devidamente delineado acerca de questões fundamentais, nomeadamente o terrorismo, a sabotagem, os crimes organizados e as ameaças dirigidas a infraestruturas críticas Nacionais;
8. Em relação ao tráfico de seres humanos, foram reportados vários casos de tentativas de migração para a Austrália, os quais atualmente estão sob articulação institucional. Neste âmbito, foi evidenciado a carência de articulação institucional entre o SNI e a Unidade de Informação Financeira (UIF) do Banco Central;

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)

9. No que se refere ao processo de adesão à ASEAN, **o MNEC partilhou** que *"persiste uma perspectiva absoluta dos diferentes Estados-Membros que defendem a adesão de Timor-Leste como membro de pleno direito, sendo, portanto, o nosso objetivo estabelecer as condições necessárias para que tal adesão se concretize em 2025".* Adicionalmente, *"sobre a dotação de dois milhões para o processo de adesão à ASEAN, procuramos realizar um ajustamento, acreditando que conseguiremos operar eficientemente dentro deste montante".* Todavia, na Embaixada de Jacarta constatou-se uma execução inferior às expectativas;

10. Foi garantido um montante de US$32 milhões de uma proposta inicial de US$67 milhões para cobrir as actividades e serviços periféricos externos, pois tal foi a principal justificação derivado ao elevado número de movimentações de Embaixadores (18 nomeações);
11. Em relação ao orçamento do MNEC, foram realizadas diversas discussões com vistas à salvaguarda do pacote fiscal de 32 milhões, embora que o MNEC defenda que tal montante se revele insuficiente, considerando que em abril ocorrerá o "Fórum dos MNEC G7+", em maio a visita da "Comissão de Descolonização da ONU" e, em junho, a 2ª Conferência Luso-Asiática. Neste enquadramento, destaca-se que não há alocação orçamentária prevista para apoiar estas iniciativas;
12. Quanto ao capital de desenvolvimento proposto na PPL, está destinado à Embaixada em Brasília para salvaguardar renovações e reformas estruturais nas infraestruturas;
13. O **Secretário-Geral do MNEC** informou que atualmente existem 133 diplomatas em missões no exterior e expressou a intenção de renovar as infraestruturas da Sede, em colaboração com a Embaixada da China;
14. Os atrasos nos pagamentos e questões relacionadas são atribuídos às condicionantes do sistema nacional de pagamentos, com alterações atualmente em progresso em colaboração com o Ministério das Finanças, sendo que muitos desses atrasos são em decorrência da lentidão no envio de relatórios de desempenho. Contudo, S.E. Presidente da República, manifestou a especial relevância de implementação de relatórios mensais, por parte dos Serviços Periféricos Externos do MNEC;
15. Os atrasos observados concentram-se apenas nos subsídios, acreditando-se que as correções serão implementadas até janeiro, já sob o novo OGE. Foi partilhado que o sistema de pagamentos é automático, permitindo que os montantes sejam enviados diretamente para as Embaixadas mas, neste âmbito, atualmente aguardam um adicional do Ministério das Finanças estimado em cerca de US$2 milhões;
16. No domínio dos asilos políticos orçamentados na PPL, S.E. Presidente da República, por intermédio do MNEC da Tailândia, promoveu o apoio proposto para a concessão de asilo a cidadãos de Myanmar, actualmente sob articulação processual com o Ministério da Justiça;
17. Por fim, o MNEC defendeu que é imperativo ressaltar que na PPL para 2025, há um considerável *déficit* orçamental que poderá dificultar o cumprimento dos diversos objetivos estabelecidos para 2025;

Ministério do Interior (MI) / Secretário de Estado da Proteção Civil (SEPC) / Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) / Serviço de Migração (SM) / Autoridade da Proteção Civil (APC)

18. A título inicial, **S.E. Ministro do Interior (MI)** partilhou que a execução dos objetivos atinge actualmente 75%, apesar da suspensão do processo de recrutamento na PNTL devido às condicionantes processuais, por parte da Comissão da Função Pública;

19. Devido à visita oficial do Santo Padre, o MI promoveu o uso das alocações orçamentais do fundo de emergência, com foco na gestão de riscos e na resposta a imprevistos no domínio da segurança pública;
20. Foi defendido pelo MI que a *"consolidação do Conselho Consultivo do MI será fundamental para a coordenação institucional"*. Por complemento, *"também queremos fortalecer a relação institucional com os Oficiais de Suku e as lideranças locais, considerando-os como conselheiros essenciais para a PNTL e para o policiamento comunitário, o que nos leva a considerar rever a Lei de Segurança Interna"*;
21. Relativamente às referências sobre os 47 assessores, firmou-se que *"42 são técnicos especializados em resolver questões cruciais para a segurança pública, agindo tanto com respeito pelas tradições como com conhecimentos legais, e que foram essenciais durante a recente visita do Santo Padre garantindo a crucial recolha de informações"*;
22. Em relação às infraestruturas, a prioridade do MI passa pela reabilitação dos postos na fronteira, embora diversos processos ainda se encontram na fase de apreciação da Comissão Nacional de Aprovisionamento, enfrentando diversos problemas burocráticos na perspectiva defendida pelo MI;
23. No domínio da migração, o MI procura optimizar o Sistema MIDAS, visando a capacidade de detecção de reconhecimento facial para consolidar a monitorização neste sector. Além disso, defendeu que estão em processo de eliminar intermediários na migração para melhor a monitorização estrangeira e combater a falsificação de documentos, principalmente na comunidade chinesa;
24. No âmbito da formação, o MI está a destacar especialistas para a futura Academia da Polícia e o Instituto Superior de Ciências Policiais da PNTL e, consequentemente, a considerar a possibilidade de localizar o Centro de Formação para uma nova localização;
25. No domínio das artes marciais, o MI está a aguardar os pareceres sobre a PPL de artes marciais que irá avançar, a curto-prazo;
26. O orçamento alocado de cerca de 47 milhões para a PNTL em 2025, apresenta uma redução em relação a exercícios anteriores, o que origina um alerta sobre a capacidade de alcançar os objetivos estabelecidos **na perspectiva do 2º Comandante-Geral da PNTL;**
27. Por tal, a PNTL apresentou à Comissão B uma proposta adicional, pois defendem que as verbas na PPL não são suficientes para garantir a formação especializada que a PNTL necessita. Além disso, foi partilhado que os desafios orçamentários afetam o apoio da UPF, especialmente nas condições de logística operacional;
28. A PNTL defendeu a prioridade pelo patrulhamento da fronteira e da consolidação dos OPS nas comunidades. No entanto, enalteceram que não há qualquer evidência de priorização nos investimentos e nas infraestruturas destinadas à PNTL na PPL, sob apreciação. Por último, está em curso uma avaliação de todas as esquadras, com um foco especial na saúde dos operacionais da UPF;
29. A **Diretora-Geral do Serviço de Migração (SM)** enfatizou a necessidade de especial atenção ao fluxo de estrangeiros a entrar em território Nacional, destacando, por exemplo,

a Visita de Estado do Santo Padre. A gestão da migração nos Aeroportos foi aperfeiçoada, implementando um controlo mais rigoroso e uma prevenção eficaz, sobretudo em relação a cidadãos com nacionalidades específicas que procuram oportunidades de trabalho em Timor-Leste, pelo qual têm sido observado um aumento de casos de crime organizado;

30. Atualmente, o SM classifica Timor-Leste como um ponto de trânsito para a Austrália, com muitos cidadãos sendo vítimas de promessas fraudulentas, especialmente em casos envolvendo indivíduos do Paquistão;
31. No que diz respeito à diáspora, observa-se um problema significativo na Malásia, com procedimentos de deportação por violação de vistos ou tráfico humano, sendo a atuação do adido de migração na Malásia crucial para identificar problemas ilegais;
32. Actualmente, sob reflexão o destacamento de adidos de migração na Tailândia, Coreia do Sul, Inglaterra e Laos, com o intuito de fortalecer a estratégia de monitorização da circulação de cidadãos nacionais;
33. Foi partilhado pelo SM que há uma necessidade urgente de centros de detenção temporária, os quais, embora previstos por lei, nunca foram construídos, levando à improvisação em edifícios de apoio que não estão em conformidade com os requisitos estabelecidos em diversas convenções internacionais aos quais Timor-Leste está vinculado;
34. No que se refere à formação e capacitação dos operacionais do SM, está em curso uma parceria com os Agentes de cooperação da Austrália, visando capacitar os agentes do SM, particularmente no que se relaciona ao sistema MIDAS;
35. Neste âmbito, está em análise a implementação de processos de emissão de vistos nos diversos Serviços Periféricos Externos do MNEC, incluindo vistos de trabalho e permanência, enquanto se procede à avaliação das diferentes condições de controlo para uma entrada rápida, regulada e adequada de estrangeiros em Timor-Leste;
36. Em termos de infraestruturas, garantiu-se a renovação da Sede do SM e agora a prioridade é a construção das diferentes Casernas do SM;
37. Em geral, o plano para 2025 é consolidar o apoio aos adidos de migração, implementar o sistema de vistos nos Serviços Periféricos Externos do MNEC e reforçar o sistema MIDAS;
38. O **Secretário de Estado da Proteção Civil (SEPC)** prioriza a segurança nacional e o desenvolvimento institucional, defendendo que completou, na sua maioria, os objetivos de apoio à Autoridade da Proteção Civil (APC), pelo qual firmou que *"estamos capacitados, por meio do fundo de emergência, para concluir todos os processos de apoio relacionados com os desastres naturais que ocorreram recentemente";*
39. No que se refere às infraestruturas, todos os objetivos foram consolidados e aguardam o normal cumprimento dos pré-requisitos de aprovisionamento, acreditando que no próximo ano, em colaboração com o Poder Local, irão conseguir construir e reabilitar diversos pontos estratégicos do Corpo Nacional de Bombeiros (CNB);

40. Neste âmbito, os locais estratégicos para o CNB, como Bobonaro, Liquiçá, Ermera e Mota Ain, foram definidos e serão priorizados no próximo ano no que diz respeito ao abastecimento de água;
41. Neste domínio, a curto-prazo, foi partilhado que será apresentado em Conselho de Ministros a proposta de consolidação do quadro legal do CNB. Contudo, o SEPC partilhou que se identificam complicações institucionais entre a APC e o Ministério da Administração Estatal, uma problemática pelo qual a Comissão B identifica que necessita de uma rápida coordenação institucional;

Ministério da Defesa (MD) / F-FDTL / Instituto de Defesa Nacional (IDN)

42. **Por parte do Sr.Ministro da Defesa (MD)**, as prioridades para 2025 envolvem a continuidade de programas de 2024 e relatórios sobre o desempenho das forças, além da cooperação internacional e do desenvolvimento de quadros especializados de capital humano nas F-FDTL e no IDN;
43. A previsão de execução orçamental até o final do ano é de cerca de 99%, com um orçamento projetado de US$ 10,9 milhões para 2025. A execução tem sido considerada pequena por muitos, mas é vista pelo MD como uma transição institucional, com a consolidação do MD e a eficácia dos fundos orçamentais como prioridade;
44. O foco no desenvolvimento de infraestruturas está concentrado na capacidade de manutenção de viaturas militares, embora haja desafios na identificação de novos espaços e equipamentos. Atualmente, *"os procedimentos de manutenção militar nas forças armadas não sustentam uma metodologia clara, sem uma responsabilidade definida ou previsões orçamentais adequadas e planeadas"*, na perspectiva do MD;
45. A proposta de construção de Hospital Militar está em planeamento avançado e, consequentemente, prevê-se que terá oito andares e 100 camas, contemplando todas as especialidades médicas, em colaboração com a Embaixada da China;
46. A Comissão B foi convidada, por parte do MD, a avaliar as propostas estratégicas relacionadas à edificação e apoio dos batalhões norte, sul e das forças especiais;
47. Na perspectiva do MD, os actuais constrangimentos enfrentados incluem:
    i. a Lei de Programação Militar que não prevê cláusulas de subsidariedade com o fundo de infraestruturas;
    ii. um aprovisionamento especial consolidado para o setor de Defesa Nacional;
    iii. e a actual lacuna legal relativamente à lei de infraestruturas militares que salvaguarda condições específicas que reflectem as características da estratégia militar a longo-prazo;
48. **Na perspectiva do CEMGFA**, a directiva ministerial estabelece claramente os objetivos estratégicos do Estado-Maior, alinhando-se com a PPL para 2025, enfatizando a necessidade de modernização e profissionalização das F-FDTL;

49. Atualmente, com aproximadamente 3200 militares, o CEMFA categoriza a força em três níveis actuais de rotação, mas a implementação das diretrizes previamente definidas ainda estão pendentes. Todavia, no plano operacional é proposta a inclusão de 16 viaturas adicionais para as F-FDTL, apesar de já ter salvaguardado 12 viaturas no ano atual, enfrentando dificuldades logísticas e de pagamento de subsídios de alimentação;
50. No empenhamento das forças, observa-se a existência de muitas interferências de agentes de IT nas infraestruturas do Estado, além de um *déficit* de informação, capacitação e especialização, por parte das nossas Forças de Defesa e de Segurança Nacional. Nesta medida, embora tenham sido planeadas formações específicas em inteligência artificial para as F-FDTL, constrangimentos foram promovidos em sede de Ministério das Finanças;
51. O recrutamento nas F-FDTL é considerado um sucesso e os recursos humanos são suficientes, mas as limitações burocráticas e interesses externos complicam o apoio da engenharia militar, a título de exemplo partilhado pelas F-FDTL;
52. CEMGFA enalteceu que *"há um excesso de parceiros internacionais que impõem atividades que frequentemente não se alinham com os objetivos estratégicos das F-FDTL"* e, em paralelo, *"os decisores políticos parecem não perceber que as suas divergências estão sendo exploradas por forças externas que não favorecem os interesses do Estado;"*
53. Em 2024, **o Instituto de Defesa Nacional (IDN)** formou 74 pessoas por meio de diversos cursos, atingindo actualmente uma execução de 87% dos objetivos prioritários estabelecidos;
54. O novo campus do IDN já tem um projeto completo, com um custo estimado de 120 milhões, que aumentou 30 milhões devido a novas prioridades estratégicas relacionadas com o projeto, sob referência;
55. A acreditação académica do IDN está condicionada à sua qualificação como instituição de ensino superior pela agência nacional, aguardando a aprovação do seu estatuto e diploma orgânico, já propostos e em apreciação antes de serem encaminhados ao Conselho de Ministros;

Gabinete de Fronteira Marítima (GFM)

56. Foi proposto um montante de US$1.8 milhões de dólares, mas salvaguardou-se apenas US$1.7 milhões na PPL devido a uma análise da execução orçamental anterior. No entanto, desde 2017, a execução tem se mantido em níveis elevados, variando entre 90% e 99%, o que demonstra uma gestão orçamentária eficaz na perspectiva do GFM;
57. Em termos de execução orçamental, a lógica aplicada pelo GFM não é similar à dos demais Ministérios, conforme explicado pelo GFM. Nesse contexto, foi partilhado que diversas matérias estão condicionadas a terceiros, ou seja, à outra parte envolvida na actual demarcação definitiva da fronteira, assim, resultando em limitações significativas na execução orçamental quando as respectivas negociações encontram-se sob condicionantes processuais;

58. No que se refere à política pública de Economia azul, sob a incumbência do GFM, foi instituído um novo programa específico para o desenvolvimento e implementação da política correspondente, que prevê três áreas estratégicas focadas no equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a sustentabilidade do espaço marítimo Nacional;
59. Está em fase de conclusão a coordenação de projetos interligados entre os diferentes ministérios e, por conseguinte, no próximo ano será iniciada uma consulta pública com diversos parceiros de desenvolvimento e lideranças comunitárias para articular a implementação da Economia Azul;
60. Neste âmbito, mais informaram que Ataúro está designado para ser o primeiro Parque Marinho Nacional a ser protegido sob os critérios da política de economia azul, sob o fundamento de diversos estudos de viabilidade económica e de pesquisa académica. Neste sentido, em paralelo, subsiste a intenção de estabelecer um centro de educação marinha, voltado para o estudo da biodiversidade de Timor-Leste e para a investigação científica, visando, sobretudo, a título primordial, a criação de uma instituição educacional;
61. O programa da Economia Azul na PPL salvaguarda, diretamente, os objetivos desta política nacional e, nesse sentido, está em curso a coordenação de todos os diplomas legais pertinentes com a tradução adequada para facilitar a compreensão no seio da sociedade civil e dos respectivos parceiros de desenvolvimento. De modo geral, o GFM atua como ponto de coordenação para os objetivos desta política pública e como apoio institucional ao Gabinete do Primeiro-Ministro, visando a consolidação desta iniciativa política;
62. O GFM está em processo de planeamento e de formalização de um protocolo de cooperação com a Região Autónoma dos Açores, visando principalmente a capacitação de recursos humanos na área da economia azul. Esta iniciativa procura promover a formação especializada e assegurar que os quadros do GFM estejam devidamente preparados para implementar eficazmente as políticas públicas, sob referência;
63. No actual contexto da negociação da fronteira, o GFM tem se concentrado na consolidação da sua biblioteca digital, classificando informações relevantes que possam potenciar a sociedade civil. Em 2024, o GFM tem sido activo na participação em diversos eventos internacionais, que enfatizam a troca de conhecimentos sobre o processo de negociação de fronteira com a Austrália, reconhecido globalmente como um caso exemplar. Neste âmbito, Nações do Pacífico, como Tonga, Vanuatu e as Ilhas Salomão, procuram colaborar com Timor-Leste para assimilar experiências e estratégias que Timor-Leste ultrapassou;
64. Concluindo, foram partilhadas informações com a Comissão B sobre o ponto de situação das negociações da fronteira terrestre, em concreto, os actuais factores negativos e positivos que se qualificam como matérias de carácter reservado derivado ao actual contexto das negociações das Partes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando a presente Apreciação Inicial da PPL e, por complemento, as audiências públicas realizadas, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança, a Comissão B, apresenta as **CONCLUSÕES** seguintes:

1. O conjunto de **isenções fiscais e taxas de imposto para 2025**, relacionado ao imposto seletivo de consumo, permanece inalterado em comparação com o OGE de 2024, especificamente para a aquisição de armas e munições pelo Estado ou por entidades públicas, destinadas à Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e às FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste;

2. Na PPL o Governo reafirma o seu compromisso com a implementação das prioridades do Programa do Governo, focando em "Investimento em infraestruturas estratégicas, fortalecimento da economia e aprimoramento do bem-estar da população". Nesta medida, entre outras matérias, **o Governo enaltece que a adesão de Timor-Leste à ASEAN é crucial** para a integração regional, atração de investimentos e valorização da diversidade cultural e social da ASEAN;

3. No entanto, regista-se uma **preocupante taxa de execução em 2024 no que diz respeito à coordenação e assistência aos serviços periféricos externos do MNEC**, o que indica sérios constrangimentos que podem afetar a eficácia da diplomacia e a atuação de Timor-Leste no exterior;

4. As infraestruturas de Defesa Militar e Segurança Nacional são cruciais para a soberania do Estado, permitindo o funcionamento adequado das Forças de Defesa e das Forças de Segurança. Por tal, a Comissão B aponta que a **ausência de representantes do Governo da Defesa e Segurança no Fundo de Infraestruturas, é um obstáculo** para o alcance dos objetivos nas áreas, sob referência;

5. No **domínio das infraestruturas da Defesa Nacional, há 21 iniciativas previstas, sendo 8 em curso e 13 em preparação.** Em 2025, está previsto o inicio da construção da "Unidade Falintil" em Lahane, a finalização do estudo de viabilidade das casernas do 1ºBatalhão das F-FDTL em Baucau, e o estudo para um porto de apoio em Lore 1, Lautém. Também estão planeados três novos projetos para 2027 e 2028, em concreto, bairros militares em Tata e Beduku e o Quartel-General da Componente Terrestre em Tata, Ermera;

6. Para 2025, o **"Programa de Segurança Nacional" de infraestruturas** tem uma alocação de cerca de US$1.6 milhões dentro de um total de cerca de US$100 milhões**, inerente a 11 projetos em curso e 112 em preparação, somando 123 iniciativas** relacionadas à

segurança nacional. Neste âmbito, regista-se que o IX Governo Constitucional prioriza a monitorização das fronteiras entre a Indonésia e Timor-Leste, essencial para a segurança nacional e prevenção de crimes;

7. De forma geral, foi relatado que **a principal ameaça enfrentada por Timor-Leste se encontra no espaço cibernético**, destacando a necessidade de fortalecer a cybersegurança de Timor-Leste para proteger as infraestruturas e informações críticas contra potenciais ataques e interferências externas;

8. Em sede de audiências públicas foram **apresentados pedidos adicionais de alocações orçamentais** para atender às necessidades do Serviço Nacional de Informação (SNI), da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e do Ministério da Defesa (MD), totalizando um montante proposto de **US$ 8.353.934 milhões de dólares**, em específico:
   i. Diante das necessidades operacionais do SNI, sob iniciativa de S.E Sr.Primeiro-Ministro, foi solicitado um adicional de US$ 1.353.934 milhões de dólares;
   ii. Diante das carências orçamentais constatadas para o empenhamento operacional da PNTL, foi solicitado um adicional de US$ 3.2 milhões de dólares;
   iii. Em prol do Ministério da Defesa, sob iniciativa de S.E Sr.Primeiro-Ministro, foi solicitado um adicional de US$ 3.8 milhões de dólares.

Neste sentido, considerando o supra exposto e, em paralelo, a PPL, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança do Parlamento Nacional, a Comissão B, apresenta as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

9. No contexto da Defesa Nacional, a Comissão B sublinha **a imperiosa necessidade de promover o desenvolvimento da Componente Naval**. Esta acção deve ser implementada em conformidade com o novo documento estratégico, em conformidade com os elementos partilhados pelo Sr.Ministro da Defesa Nacional inerente à "Força 2050", o qual irá estabelecer novas diretrizes para o fortalecimento das F-FDTL;

10. Em paralelo, **o Governo deverá investir em formação e tecnologia, tanto para as F-FDTL quanto a PNTL visando a capacitação, a modernização tecnológica e a capacidade marítima,** a fim de enfrentar os desafios regionais de Timor-Leste, como a pesca ilegal e o tráfico marítimo;

11. No âmbito da segurança pública, é **imperativo proceder à revisão da "Lei das Artes Marciais e das Armas Brancas"** e implementar a transformação da "Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM)", assim, procurando assegurar a adequação e a eficácia das disposições normativas e regulamentares pertinentes em prol dos objectivos do Estado;

12. Constata-se desafios crescentes em matéria de cybersegurança, pelo qual as actuais Forças de Defesa e Segurança Nacionais não têm capacidade para detetar, combater e prevenir eficazmente estes crimes. Por tal, para resolver esta questão urgente é essencial que **o Governo faça investimentos significativos no reforço das capacidades de cibersegurança do SNI e dos órgãos de polícia criminal;**

13. A Comissão B, reconhecendo a complexidade e a importância do setor da Defesa Nacional, compromete-se a **monitorizar directamente as alocações orçamentárias para o novo campus do IDN, estimado em US$120 milhões segundo o Sr.Ministro da Defesa Nacional, um aumento de US$30 milhões em relação ao orçamento anterior para o campus IDN**. Contudo, a Comissão B ressalta que o custo total do projeto ainda não está integrado na PPL, especificamente no Fundo de Infraestruturas (FI). Deste modo, exemplifica-se que a falta de representantes da Defesa e Segurança no FI considera-se como um constrangimento para o cumprimento dos objetivos nas áreas de Defesa e Segurança Nacional, essenciais para a soberania do Estado;

14. Por último, para optimizar o empenhamento operacional do Sistema Integrado de Segurança Nacional em desastres naturais, **revela-se imprescindível a descentralização das forças operacionais da Autoridade de Proteção Civil (APC) e a consolidação de uma coordenação institucional** com as autoridades locais. Neste sentido, é vital a consolidação do "Corpo Nacional de Bombeiros" e a concessão aos seus operacionais de um estatuto especial que defina de maneira clara os seus direitos e responsabilidades;

15. O atendimento das necessidades das comunidades na diáspora pelo MNEC reveste-se de importância crucial para o fortalecimento dos vínculos culturais, sociais e económicos, promovendo, dessa forma, a inclusão e o bem-estar dos nossos expatriados. Deste modo, é fundamental **consolidar o acesso a serviços de notariado nos nossos serviços periféricos externos**, assim como a consolidação de redes de apoio para garantir um suporte abrangente e sustentável nas comunidades timorenses no estrangeiro;

16. Timor-Leste, na qualidade de membro observador da ASEAN, **deve priorizar o desenvolvimento dos seus recursos humanos em áreas estratégicas que estejam em conformidade com os "Pilares da ASEAN", sem descurar nos princípios e valores nos termos constitucionais.** Tal medida irá proporcionar ao Estado a participação activa nos fóruns da ASEAN, resultando em benefícios recíprocos tanto para Timor-Leste quanto para a ASEAN. Neste sentido, por especial relevância, a Comissão B acredita que o investimento no capital humano servirá como um instrumento determinante para a promoção da integração regional e o fortalecimento do reconhecimento de Timor-Leste como um Estado de Direito democrático no contexto do sudeste asiático;

17. Em virtude da ausência de audiências públicas com o g7+ em prazo oportuno, tendo em consideração os prazos estipulados nos termos regimentais, **recomenda-se que o g7+ encaminhe, em curto prazo, ao Parlamento Nacional o relatório oficial das suas atividades e da respectiva execução orçamentária.** Dessa forma, tal envio se faz necessário, entre outros aspectos, para que o Parlamento Nacional compreenda a natureza dos apoios que o g7+ tem vindo a garantir na sua missão, na qualidade de instrumento crucial da diplomacia timorense.

7. PARECER DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DEFESA E SEGURANÇA

Face a tudo o exposto, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança é, assim, de parecer que a PPL n.º12/VI/(2ª), cumpre, na sua generalidade, os requisitos formais, constitucionais, legais e regimentais e se encontra por isso em condições de ser apreciada em Plenário.

8. APROVAÇÃO DO PARECER SETORIAL

O Parecer Setorial da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança foi discutido e aprovado no dia 29 de outubro de 2024, **com sete (7) votos a favor, zero (0) votos contra e um (1) voto de abstenção.**

Díli, Parlamento Nacional, no dia 29 de outubro de 2024.

O Presidente da Comissão B,	A Relatora,
Sr.Deputado	Sra.Deputada
Domingos Augusto "Deker"	Sancha Margarida Tilman